

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Brenda Bianca Rodrigues Jesse Fürstenau

Trabalho de Conclusão de Licenciatura

Juventude e comportamento político: uma análise comparativa entre duas escolas de Porto Alegre.

Dezembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Brenda Bianca Rodrigues Jesse Fürstenau

Trabalho de Conclusão de Licenciatura

Juventude e comportamento político: uma análise comparativa entre duas escolas de Porto Alegre.

Trabalho de conclusão de curso de graduação
em Licenciatura em Ciências Sociais na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Stumpf
Gonzalez

Dezembro de 2014.

Dedico à pessoa que enche minha vida de alegria e meus dias de amor, minha querida filha
Alicia Lotte Rodrigues Jesse Fürstenau.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por mais esse incremento em minha formação profissional e pessoal. Professor Rodrigo Stumpf González, muito obrigada por ter aceito o pedido de orientação e por ter dedicado tempo nessa tarefa. Agradeço também à Camila de Vasconcelos pelas dicas em SPSS.

À minha orientadora de doutorado no Programa de Pós Graduação em Biologia Animal, Prof^a Jocelia Grazia, por ter compreendido minha necessidade de ampliar meus conhecimentos em uma área tão diferente daquela em que estou há uma década. Agora q tese andaré!!!

Aos amigos e amigas que fiz nesses cinco anos de curso. Sem eles não teria tão divertido e bonito esse caminho. Um muito obrigada especial à querida Shariza Oliveira, a eterna “miss Sociais”, amiga amada e que esteve presente até no hospital, quando Lili nasceu. Um colega foi mais do que especial: Rolf Jesse Fürstenau. Nosso relacionamento de quase 15 anos já aguentou dois finais de curso (Ciência da Computação/2005 e Biologia/2009), uma defesa de dissertação de mestrado (2012) e outra graduação inteira, com duas pessoas escrevendo trabalho de conclusão sob o mesmo teto. Fora isso já passamos por momentos bons, outros nem tanto. Acredito que se depois de tudo isso estamos aqui, juntos em todas as horas, poucas coisas poderão nos separar. Se nem TCC's, TCL's, dissertação e projeto de tese não nos derrubaram, então estamos bem. Obrigada pela compreensão, pelo carinho, pelas conversas, aventuras mundo afora e pela pessoa mais preciosa que temos, nossa doce Alícia. Eu te amo e isso nunca vai mudar.

Minha mãe Lizete, que sempre enfatizou a importância do estudo, muito obrigada por tudo, em especial por cuidar da Alícia enquanto eu precisei me concentrar nas atividades acadêmicas. Sem tua ajuda eu jamais teria conseguido. No fim tu que não querias que eu fosse professora acabou com uma filha duplamente professora. Eu te amo mas tive que te contrariar! À primeira professora que conheci e que me inspirou em muitas coisas nessa vida: minha irmã Simone. E para a Fernanda, a outra irmã, não ter um ataque de ciúmes, também agradeço! Meu cunhado Luiz Mario e meu padrasto Sérgio, que dupla vocês formam! Obrigada pelos momentos de descontração e pelo cuidado de vocês com a nossa Alícia.

Não posso me referir a eles no apelido que costumo gritar quando os encontro afinal de contas isso é um trabalho de conclusão. Gurizada, meus sobrinhos e sobrinhas, amo vocês. Estudem, dediquem-se. Vocês terão momentos de loucura como os que eu tive mas no final das contas é recompensador e gratificante. Amo vocês!

Meus sogros Horst e Betty, que pessoa encantadora vocês prepararam para mim. Eu os amo por isso e por serem esse casal maravilhoso, doce. No ano das bodas de ouro ofereço o encerramento dessa etapa de presente. E vamos lá ver os pinguins na Patagônia!

Alícia Lotte, mamãe agora vai te dar mais atenção e muito mais carinho. Minha vida é muito mais feliz após teu nascimento. Tu és tão pequenina mas já aprendi tanto contigo! Eu te amo mais do que tudo e espero que quanto tu cresceres tenhamos muitas conversas, viagens por aí, histórias para contar e lembrar. Não consigo pensar em algo mais feliz do que eu, tu e teu pai juntos!

Por fim, obrigada a Deus por tudo isso e pela vida.

RESUMO

A experiência democrática no Brasil é relativamente recente. O país viveu 21 anos de ditadura militar e há apenas 25 anos os eleitores do país podem eleger diretamente todos os seus representantes. Entretanto, ainda existe muito o que ser discutido em política, especialmente no que se refere ao processo de socialização política, que pode ser definido como a formação da identidade social do indivíduo e está relacionado com as crenças desenvolvidas em relação à política e às instituições. Este trabalho tem por objetivo comparar o comportamento dos jovens com relação à política, para verificar as diferenças de socialização política de adolescentes. Para isso foram entrevistados, através de instrumento de pesquisa tipo survey realizadas com alunos de terceiro ano de ensino médio, do turno da manhã em duas escolas de Porto Alegre, uma com histórico em participação política e localizada próxima à zona central da cidade e outra localizada na zona norte da capital. O papel das aulas de Sociologia no processo de socialização política também é discutido, levando em consideração que a escola é uma agência de socialização política secundária e que as instituições de ensino podem ser espaços para a troca de ideias e conhecimento nesse assunto, se houver planejamento e preparo.

Palavras-chave: ensino, redemocratização, socialização, política, escola.

ABSTRACT

The democratic experience in Brazil is relatively recent. The country went through 21 years of military dictatorship and there are only 25 years the country's voters can directly elect all representatives. However, there is still much to be discussed in politics, especially in relation to the political socialization process, which can be defined as the formation of the social identity of the individual and is related to the beliefs developed in relation to politics and institutions. This study aims to compare the behavior of high school students in relation to politics, in order to verify the differences in political socialization of adolescents. To achieve this objective were interviewed third-year high school students in two schools of Porto Alegre, one of them with history in political participation, and located close to the downtown area and the other located in the northern area of the capital, using survey research. The role of Sociology classes in political socialization process is also discussed, since the school is a secondary political socialization agency and educational institutions can be spaces for the exchange of ideas and knowledge.

Keywords: education, democracy, socialization, politics, education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. SOBRE DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	11
2.1 Democracia.....	11
2.1.1 Democracia moderna x Democracia Contemporânea.....	13
2.2 Diferentes visões sobre a Democracia.....	16
2.2.1 Democracia Direta.....	16
2.2.2 Democracia Representativa.....	16
2.2.3 Democracia Participativa.....	17
2.3 A Democracia na história recente do Brasil.....	17
2.4 A democracia nos livros didáticos.....	21
2.5 Cultura política.....	22
2.6 Socialização Política.....	23
2.6.1 Quando ocorre a Socialização Política.....	25
2.6.2 Socialização política de jovens.....	25
2.6.3 Agências de Socialização Política.....	26
2.7 O papel das aulas de Sociologia no Ensino Médio.....	28
3. QUEM SÃO OS ALUNOS ESTUDADOS?.....	31
3.1 Sobre as escolas.....	31
3.2 Perfil dos estudantes amostrados.....	32
3.3 Comportamento dos estudantes em relação à política.....	35
4. CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
Anexo 1.....	56

1. INTRODUÇÃO

A democracia no Brasil é relativamente recente. Vinte e cinco anos após o golpe militar, o Brasil teve um presidente eleito diretamente. Entretanto, em menos de três anos o presidente deixou o poder após um processo de impeachment. Cinco mandatos presidenciais depois ainda podemos ver pessoas demonstrando simpatia e saudosismo pela ditadura. Também é possível observar jovens manifestando apatia e falta de interesse pelo processo democrático, que após os “anos de chumbo” foi alcançado.

A socialização política é entendida como um processo de formação da identidade social do indivíduo e tem a ver com as crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições (BAQUERO, 1997). Também pode ser definida como o processo da construção atitudes políticas dos indivíduos ou ainda como o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social através das novas gerações (SCHMIDT, 2000). O foco das pesquisas está voltado para quando e como ocorre a socialização política.

Os mecanismos de socialização acontecem em dois níveis e são classificados como socialização primária e socialização secundária (BERGER E LUCKMANN, 1985). A socialização primária consiste naquela que ocorre na infância e na qual há uma grande influência da família. Nessa fase os indivíduos internalizam as suas experiências e estabelecem, na maioria dos casos, relações sólidas e permanentes. Desse modo, tornam-se parte de um contexto social. Por sua vez, a socialização secundária diz respeito ao processo subsequente, iniciado ao final da infância e que continua por toda a vida. Tal processo introduz o indivíduo em novas e diferentes realidades sociais, o que geralmente ocorre fora dos espaços familiares. Este é o processo de socialização que ocorre na escola, nos locais de trabalho, nos grupos de amigos, nas práticas esportivas em grupo, entre outros. Os agentes são mais diversificados, sua atividade na adaptação do indivíduo ao grupo em questão está relacionada às escolhas e às situações sociais experimentadas pelos elementos envolvidos. No contexto do Brasil, especialmente no tocante aos principais agentes de socialização política dos jovens, destacam-se a família, a mídia e a escola. Esses agentes sofreram impactos das novas tecnologias, em que a família e a escola hoje “preocupam-se em habilitar os jovens para o mercado, mais competitivo e excludente, reforçando antes valores individuais e consumistas que incentivando a formação de capital social” (NAZZARI, 2005).

O papel da escola no processo da formação da identidade social e socialização política dos jovens é bastante relevante pois ela pode ser vista como uma agência de socialização que se ocupa da transmissão intencional de atitudes políticas de forma bastante clara e direta (SCHMIDT, 2000).

Para Sarandy (2005), o conhecimento sociológico poderá ser benéfico para o educando porque permitirá que ele análise de forma mais acurada a realidade na qual ele está inserido. Sarandy afirma ainda que o ensino de Sociologia deve fornecer ao aluno condições para um aprendizado que permita com que ele interfira na sociedade de forma consciente, a fim de que sejam garantidas as mudanças necessárias à superação dos desafios atuais de nossa sociedade.

Na prática, qual é a relevância da escola no processo de socialização política? As aulas de Sociologia são relevantes para o processo da construção de identidade política dos jovens? Uma escola tida como politizada e com uma história de tradição nessa área faz diferença na socialização política de seus alunos?

O objetivo geral deste trabalho é comparar o comportamento dos jovens com relação à política, para verificar as diferenças de socialização política de adolescentes do terceiro ano do ensino médio de duas escolas localizadas em Porto Alegre, uma mais próxima à área central da cidade e com um histórico de tradição política e outra situada na zona norte da cidade, sem a mesma tradição.

O tipo de pesquisa escolhido, chamada Survey, consiste em uma técnica de pesquisa quantitativa através da obtenção de dados, informações e opiniões, verbais ou por escrito, geralmente por meio de elaboração de questionários(GOODE E HATT, 1979). Essa metodologia é um método de pesquisa apropriado quando o foco do interesse é “sobre o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo” (FREITAS et al.2000).

Segundo Babbie (1999), um *survey* pode ser as seguintes finalidades:

- Descrição: tem por objetivo descobrir a distribuição de certos traços e atributos da população estudada. A maior preocupação neste caso é sobre como é a distribuição, não o seu porquê.
- Explicação: tem por objetivo a explicar a .distribuição observada.
- Exploração: tem como objetivo funcionar como um mecanismo exploratório, aplicado em uma situação de investigação de algum tema.

Para o presente trabalho foi utilizado um questionário com 28 questões majoritariamente fechadas e algumas poucas semi-abertas, adaptado a partir do modelo utilizado por Schmidt (2000). Os instrumentos de pesquisa foram entregues a quatro turmas de terceiro ano do ensino médio de duas escolas da rede pública estadual em Porto Alegre, a Escola Estadual Cristóvão Colombo, situada no bairro Sarandi, zona norte da capital e o Colégio Júlio de Castilhos, localizado no bairro Santana, próximo à região central da cidade.

O Colégio Julio de Castilhos, também conhecido como “Julinho”, foi fundado em 1900 e atualmente conta com cerca de 2.400 alunos. Localizado perto do centro de Porto Alegre, no bairro

Santana, recebe alunos de diversas partes da cidade. Em seu passado a escola teve um histórico de participação em lutas políticas e ainda tem uma certa fama de ser “politizada”. A Escola Estadual Cristóvão Colombo está localizada no bairro Sarandi. Com cerca de 925 alunos de ensino fundamental e médio, o público da escola consiste basicamente em moradores do bairro.

No Colégio Julio de Castilhos, os questionários foram aplicados pela professora de Sociologia das turmas participantes, em 19 de outubro de 2014 e na Escola Estadual Cristóvão Colombo foram aplicados por mim, em 26 de outubro. Os alunos receberam os questionários no início da aula de Sociologia, foram instruídos em relação ao preenchimento e assim que terminaram entregaram para a professora ou a mim, antes do término do período. Os alunos entrevistados são todos de turmas de terceiro ano, do turno da manhã. Este turno foi escolhido porque uma das escolas tem turmas de terceiro ano pela manhã, visando, portanto, garantir a comparabilidade.

As turmas da Escola Estadual Cristóvão Colombo, que para fins de simplificação será chamada no decorrer do trabalho de Cristóvão Colombo, tem 30 e 27 alunos, dos quais 32 estiveram presentes na data em que os questionários foram entregues. Por conta das várias mudanças no calendário da escola, ausências dos docentes e situações como, por exemplo, corte de luz programado para reparos da rede elétrica, os alunos desta escola estão bastante desmotivados e faltam bastante às aulas. Quando se aproxima o término do ano letivo, esses alunos retornam à escola para fazer as recuperações e evitar a reprovação. Por isso o número de questionários aplicados foi abaixo do número de alunos inscritos nas turmas.

As turmas do Colégio Julio de Castilhos, que será tratado no decorrer do trabalho como Julio de Castilhos, tem 32 e 34 alunos matriculados, porém no dia da aplicação do questionário 11 alunos não estavam em aula, 5 de uma turma e 6 de outra turma. Os motivos para ausência são desconhecidos.

A escolha das variáveis levou em consideração como ocorre a socialização política e as agências que atuam nesse processo, englobando o interesse por política, a auto-definição política, a comunicação política, a comunicação política na família, a eficácia política, a percepção da política na escola e a adesão e avaliação da democracia existente. No quadro 1 estão dispostas as variáveis e as perguntas incluídas no questionário (Anexo 1).

A análise foi executada no programa SPSS Statistics 17.0 e as seguintes variáveis foram selecionadas:

Quadro 1: variáveis analisadas e suas respectivas perguntas no questionário (Anexo 1).

Variável	Pergunta
interesse	De modo geral, você se interessa por política?
alienado	Você se define alienado em termos de política?
desiludido	Você se define desiludido em termos de política?
indiferente	Você se define indiferente em termos de política?
interessado	Você se define interessado em termos de política?
participativo	Você se define participativo em termos de política?
falapolitica	Você costuma conversar sobre política?
conversafam	Com quem você conversa sobre política?
posiciona	Como você se posiciona em relação às ideias políticas de seus pais?
influencia	Você procura influenciar o voto dos seus pais?
entender	Você se considera em condições de entender o que acontece em política?
influir	Você acredita que pode influir na política e no governo?
favoreceinteresse	Quem favorece mais o seu interesse por política?
opiniaoaula	Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos na aula?
formagov	Qual a melhor forma de governo?
democ	Em sua opinião, há democracia hoje no Brasil?
jornal	Você costuma se informar sobre política através de jornal?
revistas	Você costuma se informar sobre política através de revistas?
noticiariotv	Você costuma se informar sobre política através do noticiário político na TV?
horeleitv	Você costuma se informar sobre política através de propaganda eleitoral na TV?
horeleiradio	Você costuma se informar sobre política através de propaganda eleitoral no rádio?
internet	Você costuma se informar sobre política através da internet?
redessociais	Você costuma se informar sobre política através das redes sociais?

Os gráficos foram elaborados no programa LibreOffice Calc de modo a comparar as respostas dadas pelos alunos em cada escola. Variáveis relacionadas à auto-percepção dos estudantes (alienado, desiludido, indiferente, interessado, participativo) foram analisadas separadamente. O entrevistado poderia escolher mais de uma opção. Para facilitar a visualização dos resultados, apenas um gráfico com todos os resultados foi construído.

O presente trabalho se estrutura em 4 partes. Na introdução se apresenta a temática do trabalho, os objetivos, a questão problema e a metodologia. A segunda parte consiste na contextualização teórica sobre democracia, socialização política e cultura política, aqui tratados

com considerações acerca do papel da disciplina de Sociologia do ensino médio. Na terceira parte são realizadas as análises dos dados obtidos a partir dos questionários respondidos por estudantes de terceiro ano de ensino médio de duas escolas e a última parte há uma conclusão sobre os resultados obtidos.

2. SOBRE DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Para embasar a análise dos dados é necessário que se retorne ao passado e se faça uma revisão sobre alguns conceitos. O presente capítulo inicia com uma explanação sobre a democracia. A seguir será exposta a história recente do Brasil, com enfoque no processo de redemocratização. Como a democracia é abordada em alguns livros didáticos utilizados nas escolas envolvidas no presente estudo será discutido. Por fim serão abordados os dois assuntos que embasam essa pesquisa, a cultura política e a socialização política, esta última com uma discussão sobre os jovens.

2.1 Democracia

Há séculos o conceito de democracia surgiu e desde então vem sendo discutido, analisado, contextualizado e sofrendo adaptações e revisões através de vários pontos de vista, perspectivas distintas e dentro de diferentes contextos temporais e sociais.

A palavra democracia é largamente utilizada no cotidiano, ainda que não se entenda totalmente os seus significados e importância de forma plena e concreta. Em conversas é comum ouvir a expressão “vivemos em uma democracia” para defender argumentos em uma discussão. Tal expressão tem praticamente o mesmo efeito de um jargão popular e inclusive é utilizado para defender as mais diversas ideias, até mesmo aquelas que parecem absurdas, pois acredita-se que afinal em uma democracia o sujeito pode pensar da forma que quiser e expressar livremente as suas opiniões. Mas, afinal de contas, o que vem a ser democracia?

A pergunta não tem resposta rápida e definitiva pois as sociedades mudam constantemente e esse mesmo dinamismo se aplica à democracia.

A democracia, ou segundo o significado da palavra, “governo do povo, da maioria”, surgiu na Grécia, por volta de 507 a.C. (DAHL, 2001). Apesar do significado, em seu início participavam apenas homens, filhos de pai e mãe atenienses, livres e maiores de 21 anos. Com isso, mulheres e escravos não tinham o direito de participar. Na Grécia antiga, a democracia era de forma direta, ou seja, as decisões eram tomadas pela participação ou voto direto dos cidadãos sobre temas a serem discutidos e decididos. O governo consistia na assembleia que tomava as decisões sem intermédio de representantes e o povo se resumia aos homens livres, que normalmente participavam das assembleias, debatiam e ratificavam as questões civis (ROSENFELD, 1994)

O modelo grego não era regido por eleições de representantes, tampouco existiam partidos políticos organizados. Por volta de 507 c.C. Clístenes introduziu importantes modificações sociais no sistema político. A principal delas foi a divisão da Ática numa centena de circunscrições onde as classes se agrupavam sem distinção de nascimento ou condição financeira pois todos eram considerados cidadãos. Assim o caminho se abriu para a melhoria das condições de vida dos camponeses e maior participação dos cidadãos na vida política. Esse novo regime, já com ares democráticos, surgiu para substituir a tirania, regime instável no qual os direitos políticos, sociais e civis escapavam à larga maioria da população e se baseava em três grandes princípios:

- Isonomia: Igualdade de todos os cidadãos perante a lei;
- Isegoria: Igualdade de todos no falar, liberdade de expressão;
- Isocracia: Igualdade de todos ao poder.

Péricles foi o responsável por concretizar o regime, com o estabelecimento das condições que possibilitaram a participação dos cidadãos no governo da cidade. O regime democrático ateniense possuía as seguintes instituições detentoras dos poderes básicos: o legislativo, o executivo, e o judiciário.

O poder legislativo consistia na Assembleia do Povo ou *Ecclesia*, uma assembleia constituída pela totalidade dos cidadãos e que tinha os poderes de aprovar leis; decidir entre guerra ou paz; eleger ou sortear os membros de outras instituições e exilar cidadãos. Os projetos de lei votados na *Ecclesia* eram preparados pela *Bulé*. O poder executivo fazia cumprir as leis aprovadas na *Ecclesia* e estava nas mãos de um grupo de magistrados. Por fim, o poder judicial era exercido pelos tribunais. Os casos a que hoje chamaríamos de delito comum eram julgados pelo Helieu ou Tribunal Popular, composto por seis mil juízes sorteados anualmente. Os crimes religiosos e de morte eram julgados pelo Areópago, tribunal constituído por todos os antigos arcontes. Entretanto, a democracia ateniense tinha suas limitações. Apenas os cidadãos tinham direitos políticos. Uma vez que estes eram apenas cerca de 40 mil, ficava de fora uma grande massa de gentes, metecos e escravos, por exemplo, que constituíam a maioria da população. As mulheres, como já foi referido, estavam de fora deste sistema e os seus direitos nunca foram reconhecidos. Por outro lado, a democracia ateniense funcionava muito na base da oratória, na arte de bem falar, habilmente explorada por muitos discípulos de sofistas, excelentes oradores, que conseguiram influenciar muitas decisões da assembleia popular e condenar ao ostracismo muitos adversários políticos. Por fim, será impossível, à luz dos valores atuais, considerar democrático um regime político que admite e explora a escravatura, como ocorria em Atenas (GOYARD-FABRE, 2003).

A contribuição dos gregos no processo de criação da democracia é indiscutível. Porém, historiadores defendem a ideia de que existem evidências que apontam para a existência de práticas

democráticas em outras sociedades mais antigas, como por exemplo, Moses I. Finley¹,

A experiência ateniense provavelmente foi a mais duradoura. Seu fim ocorreu por volta de 404 a.C., quando a cidade-estado foi derrotada por Esparta na Guerra do Peloponeso, voltando a ser governada por uma oligarquia. Somente ao final do século XIX voltaram a surgir formas de organização política identificadas como democracias (GONZÁLEZ, 2000).

2.1.1 Democracia moderna x Democracia Contemporânea

A partir do início do século XVI surgiu a ideia de autonomia do indivíduo, o que originou o individualismo e o liberalismo político.

A concepção de democracia que se desenvolve a partir daí assumiu um perfil bastante distinto daquele existente na Grécia antiga. A ideia de igualdade passa a dar lugar para a ideia de liberdade. O principal dilema político estava na limitação do poder do soberano, que poderia até mesmo confundir-se com o próprio Estado. Os princípios fundamentais da democracia liberal são igualdade, liberdade e fraternidade.

Grande parte do debate político tem como tema a defesa ou a crítica aos ideais liberais. Dentro dessa perspectiva, vários autores se dedicaram a discutir o tema. Thomas Hobbes defendia a ideia de que a constituição e o funcionamento de uma sociedade pressupõem que os indivíduos cedam seus direitos naturais ao soberano, mantendo somente o direito de conservarem sua vida. Hobbes² entendia que, quando os homens estão em estado de natureza, tendem a agir pela forma e violência para obter aquilo que desejam, o que provoca guerra de todos contra todos. Para garantir o bem estar físico e material de todos se fez necessária a disciplina por meio de um contrato social, regulado por uma autoridade soberana.

John Locke, outro autor contratualista, defendia a ideia de que o soberano deveria permanecer nas mãos dos cidadãos, que segundo ele seriam os melhores juizes de seus próprios interesses. O governante retribuiria a delegação de poderes garantindo as prerrogativas individuais: segurança jurídica e propriedade privada. Desse modo, o contrato social teria como função garantir os direitos naturais (concedidos por Deus de forma igual) a todos. O princípio da maioria é fundamental para o funcionamento das instituições políticas democráticas, assim como as leis, que devem valer para todos os indivíduos. Para tanto, as leis devem ser elaboradas por representantes escolhidos pelo povo. Sendo assim, o que Locke³ propôs seria uma democracia representativa.

Outro autor de fundamental importância nessa discussão é Jean Jacques Rousseau, que se

¹ Democracia antiga e moderna Rio de Janeiro: Graal, 1988.

² HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

³ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

preocupou com o problema da legitimidade da ordem política. Ele acreditava que a raiz da desigualdade seria a propriedade privada. No contrato social deveria ser definida a questão da igualdade e do comprometimento entre todos. A vontade individual é particular, já a vontade do cidadão é coletiva e tem interesse no bem comum pois ele vive em sociedade.

Montesquieu afirmou que igualdade na democracia seria algo muito difícil de se atingir de forma plena. Levando em consideração que para que os sistemas políticos funcionem seria necessário um controle externo, ele defendeu a criação de regras que estabeleçam limites para aqueles que estão no poder para manter a liberdade dos indivíduos. Ele propôs a divisão da esfera administrativa em três poderes independentes entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O equilíbrio da democracia seria atingido com o equilíbrio desses três poderes, o que segundo Montesquieu asseguraria uma maior liberdade para os indivíduos.

Karl Marx⁴ e Friederich Engels defendiam a ideia de que em uma sociedade capitalista a democracia seria inviável, pois com as limitações impostas pelas relações capitalistas de produção a regulação democrática da vida não poderia se realizar. Para a criação de uma possibilidade de política democrática as bases da sociedade deveriam ser mudadas. Para esses autores, os princípios que regem a liberdade dos indivíduos e defendem o direito à propriedade tratam as pessoas como iguais apenas na teoria, não na prática. Para Marx, na democracia liberal o capital é quem de fato governa.

O confronto entre o liberalismo e o socialismo impulsionou o desenvolvimento da teoria democrática ao longo do século XIX. O processo de democratização tal como se desenvolveu nos Estados liberais democráticos consiste em uma transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. O desenvolvimento da democracia nesses regimes ocorre em duas direções, no alargamento gradual do direito de votar e na multiplicação dos órgãos representativos.

Para o socialismo, o sufrágio universal é apenas um ponto de início do processo de democratização do Estado. Para o liberalismo, ele é o ponto de chegada, Antônio Gramsci e Rosa Luxemburgo, dois dos principais teóricos do socialismo, defenderam a ideia que o aprofundamento do processo de democratização na perspectiva das doutrinas socialistas ocorre de duas formas: por meio da crítica à democracia representativa e ampliação do poder popular e de controle do poder.

Na metade do século XX surgiu uma corrente chamada pluralista, que estabelecia requisitos mínimos para a concretização da democracia: funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informações diversificadas; autonomia para associações e cidadania inclusiva. Esses requisitos foram propostos não por meio de definições abstratas e teóricas sobre democracia mas baseadas em observações de experiências de sistemas

4 MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

políticos. Um dos maiores teóricos dessa corrente foi Robert Dahl, que caracterizou quatro formas de governo: 1) hegemonias fechadas: regimes onde não há disputa de poder e a participação política é limitada; 2) hegemonias inclusivas: regimes onde não há disputa de poder mas existe participação política; 3) oligarquias competitivas: regimes com disputa de poder mas participação política restrita; 4) poliarquia: onde há disputa de poder e participação política ampliada (DAHL, 2001). Tal classificação tem sido utilizada para avaliar menor ou maior grau de democratização de um sistema político.

Um dos críticos às teorias clássicas da democracia, especialmente no que se refere à relação estabelecida entre democracia e soberania popular, Joseph Schumpeter pensava que a definição clássica de democracia supõe duas ficções frágeis diante de uma análise realista: a existência do bem comum e a universalidade da racionalidade dos indivíduos. Para Schumpeter⁵, esses dois elementos seriam mitos. Dessa forma, ele rompe com a ideia de democracia como soberania popular para propô-la como método para alcançar decisões políticas. Assim, ele propõe a superação do impedimento provocado pela irracionalidade das massas, reduzindo sua participação na política ao ato da produção de governos (ato de votar). As atribuições político-administrativas ficariam a cargo das elites eleitas.

No sentido contrário da visão de Schumpeter, Crawford Brough Macpherson⁶ sustenta que a liberdade e o desenvolvimento individual só podem ser alcançados plenamente com a participação direta e contínua dos cidadãos na regulação do Estado e da sociedade. Ele defende uma transformação baseada em um sistema que combine partidos competitivos e elementos de democracia direta, que criam as condições para o desenvolvimento de uma democracia participativa. Para que o modelo pudesse ser desenvolvido, a democratização dos partidos políticos seria necessária, com princípios e procedimentos de democracia direta, controlada por organizações geridas por pessoas comuns, em seus locais de trabalho e nas comunidades locais.

Ainda dentro do âmbito da doutrina liberal mas contrária ao pluralismo está a corrente elitista. O termo “elite” pode ser utilizado como referência a grupos sociais superiores de vários tipos. O termo foi empregado no pensamento social e político no final do século XIX. Essas teorias foram propostas por Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, que defendem que em toda sociedade existe apenas uma minoria que, por diversas formas, tornam-se detentoras de poder. Pareto afirma que existe uma circulação das elites, ou seja, uma minoria de pessoas que se alternava

5 SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

6 MACPHERSON, C. B. A democracia liberal - origens e evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

no poder. Mosca justificava o poder das elites governantes pelo fato de serem uma minoria articulada e organizada, enquanto aqueles que eram governados consistiam em uma classe numerosa porém dividida e desorganizada. Ao analisar as formações partidárias, Michels destacou como a própria estrutura das organizações favoreciam o surgimento das elites e sua longa permanência no poder.

2.2 Diferentes visões sobre a Democracia

Cada país tem uma experiência democrática distinta. Sua história, extensão territorial, habitantes, contexto político e relações com outros países podem determinar como a democracia será vivida. Além disso, as visões dos autores e estudiosos que observam e analisam as experiências democráticas podem ser distintas umas das outras. O que é certo é que a democracia jamais será limitada a uma única definição, a uma única visão.

Atualmente, existem alguns modelos de democracia que estão presentes no debate atual. A seguir, cada um será brevemente exposto.

2.2.1 Democracia Direta

Modelo presente na experiência democrática ateniense, no qual todos aqueles que fossem considerados cidadãos poderiam participar da criação e manutenção de uma vida em sociedade. González (2000) define a democracia direta da seguinte forma: “Modelo de democracia no qual as decisões são tomadas pela participação ou voto direto dos cidadãos sobre os temas a serem decididos” (GONZÁLEZ, 2000, p. 29).

Na prática, o exercício da democracia direta consiste na discussão das principais questões de interesse comum, sem intermediários, como ocorria nas assembleias na Grécia antiga. Entretanto, em comunidades mais numerosas esse modelo seria totalmente inviável.

2.2.2 Democracia Representativa

As revoluções burguesas entre os séculos XVII e XIX, os ideais iluministas e a independência dos Estados Unidos da América foram acontecimentos que propiciaram o surgimento do conceito moderno de democracia. Neste período, os contornos da democracia representativa como hoje conhecemos começaram a ser delineados.

O eixo fundamental do modelo representativo é a soberania popular, que se fortaleceu com o exercício do voto ao longo do tempo. Outras instituições políticas são indispensáveis para que um regime possa ser considerado democrático, como a separação dos poderes, o respeito às leis, a livre manifestação de pensamento e a cidadania.

A democracia representativa é caracterizada pela representação política. As deliberações coletivas não são realizadas diretamente pelos cidadãos, mas por representantes escolhidos por eles por meio de votação. A participação dos cidadãos é indireta, periódica, formal e se expressa por meio de instituições eleitorais.

2.2.3 Democracia Participativa

O termo surgiu nos anos 1960 e tem como principais autores Carole Pateman, Peter Bacharach e Aryeh Botwinick, que atribuem seus princípios básicos a Jean Jacques Rousseau e John Stuart Mill.

A democracia participativa é exercida por mecanismos que buscam ampliar a participação social (SOUSA SANTOS, 2003). O modelo participativo critica o modelo representativo por este ter se tornado um método de formação de governo enquanto este deveria ser uma prática social que incluísse na política os atores sociais excluídos. Norberto Bobbio (1989) e Paul Hirszt (1992) defendem a democracia representativa mas a consideram insuficiente (GONZÁLEZ, 2000).

González (2000) define a democracia representativa da seguinte forma:

Modelo de democracia caracterizado pela realização de eleições livres e periódicas, nas quais os interesses existentes na sociedade participam das decisões políticas através da eleição de representantes para os cargos de direção política e da composição de organismos colegiados de participação direta que compartilham o poder de decisão com os representantes eleitos. (GONZÁLEZ, 2000, p.62)

2.3 A Democracia na história recente do Brasil

O ano de 2014 é de suma importância para o cenário político brasileiro pois além de marcar os 50 anos do golpe militar, a população irá às urnas em outubro para eleger presidente da república, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. A eleição presidencial pode ser considerada o evento político de maior magnitude em uma democracia (GONZÁLEZ, 2012). Nos meses que antecedem o pleito o assunto vai tomando conta das conversas, independente do grau de instrução, politização e situação sócio-econômica dos indivíduos.

Segundo Baquero e González (2011), a realização periódica de eleições pode ser vista como fator de socialização em prol de uma cultura política democrática. Em um país com uma democracia tão recente como é o caso do Brasil, a oportunidade dos cidadãos experimentarem a participação no processo político e as discussões acerca das escolhas de voto e motivações para essas escolhas podem ser bastante salutares no processo de desenvolvimento da democracia. Para entender essa importância, uma breve contextualização histórica é pertinente.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, que durante 21 anos manteve os militares no poder e impediu que os cidadãos elessem seus representantes, o país experimentou uma fase de

redemocratização gradual. Esse período iniciou em 1979, durante o governo do general João Baptista Figueiredo (1979 – 1985). Neste ano, o governo restabeleceu o pluripartidarismo. Os dois partidos até então existentes, a Arena e o MDB, passaram a se chamar Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Alguns partidos foram fundados nesse período, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Popular (PP). Outros ressurgiram, como foi o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em 1984 o país se mobilizou na campanha “Diretas Já”, que foi um movimento que reivindicava a realização das eleições presidenciais diretas. Em 1982 a população participou de eleições gerais mas naquela ocasião o voto era vinculado, ou seja, os eleitores deveriam escolher candidatos do mesmo partido para todos os cargos. Se não fizessem desse modo, o voto seria anulado. Em 1983 foi organizada a primeira manifestação a favor das eleições diretas para presidente. Posteriormente, outras manifestações foram realizadas em várias partes do país, com número crescente de participantes até culminar naquela que é conhecida como a maior manifestação pública da história do Brasil, em 16 de abril de 1984. O evento reuniu mais de 1,5 milhões de pessoas e contou com a participação de representantes de diversas correntes políticas, lideranças estudantis, sindicais e artistas.

Alguns dias depois da histórica manifestação, em 25 de abril de 1984 foi realizada a votação da emenda das eleições diretas. O resultado final foi a rejeição porque o número mínimo de votos para a aprovação não foi atingido. Isso ocorreu devido a manobras de políticos aliados ao regime vigente na época.

Dissidentes da Arena e que eram contra a ditadura formaram a Frente Liberal. Em janeiro de 1985 foi realizada eleição indireta para a sucessão de Figueiredo. Entre os candidatos estavam Paulo Maluf, Aureliano Chaves, Mauro Andreazza e Tancredo Neves, sendo este último eleito com 480 votos. Entretanto, Tancredo Neves não foi empossado devido a problemas de saúde, vindo a falecer em 21 de abril do mesmo ano. Seu vice, José Sarney assumiu o poder. Com isso o regime militar chegou ao fim, após 21 anos de perseguição às pessoas que se opuseram à ditadura, tortura, mortes, perseguição e perda de direitos que marcaram de forma dolorosa a história de nosso país.

Durante o governo Sarney foi promulgada a atual Constituição que rege o Brasil, no ano de 1988. Nela foram consolidadas as conquistas da democracia e estabeleceu direitos civis e sociais importantes. Entretanto, o período do governo Sarney foi marcado por uma grave crise econômica, um dos infelizes legados da ditadura militar e que foi agravada com o malogro de vários planos econômicos. Nos últimos meses do governo Sarney, a inflação estava fora de controle e os preços

chegaram a subir até 80% ao mês.

Em 1989, pela primeira vez desde a eleição de Jânio Quadros (1960), o Brasil teve eleições livres e diretas para presidente da República. Na ocasião concorreram 22 candidatos, entre eles Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB), Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN), sendo esses dois últimos os candidatos que foram para o segundo turno.

A disputa eleitoral de 1989 foi marcada por fortes embates entre os candidatos, nos quais até aspectos de suas vidas particulares foram utilizados em ataques pessoais. Com boa aparência, destacando o fato de ser jovem, com discurso carismático e apoio do empresariado, Fernando Collor atraiu apoio de diversos setores da sociedade. Com suas promessas de modernização da economia, discursos sobre os “perigos” de um governo de direita e o título de “caçador de marajás” atribuído por ele mesmo, o candidato venceu a corrida presidencial de 1989.

Em 15 de março de 1990, o primeiro presidente eleito de forma direta após a ditadura militar tomou posse. Em meados de 1991, surgiram denúncias de corrupção e irregularidades na imprensa. Tais denúncias envolveram pessoas próximas a Collor, inclusive seu irmão Pedro Collor, sua esposa Rosane, o ex-tesoureiro de campanha Paulo César Farias, alguns ministros e amigos do presidente. Com a forte repercussão e comoção popular, foi instalada uma Comissão parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias e apurar a participação de Collor.

Naquela época, o povo voltou as ruas, com forte participação dos jovens, que receberam o nome de “caras pintadas” por pintarem os seus rostos com as cores verde e amarela. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados votou a favor do processo de impeachment de Collor. Um total de 448 deputados votou a favor, 38 votaram contra, 23 não compareceram à sessão e 1 absteve-se.

Em 01 de outubro daquele ano, o processo de impeachment foi instaurado no Senado. No dia seguinte, Collor foi afastado da presidência até o Senado concluir o processo. O vice-presidente Itamar Franco assume a presidência provisoriamente. No dia 29 de dezembro começou o julgamento de Collor no Senado. O presidente renunciou por meio de uma carta lida por seu advogado. No dia seguinte, o primeiro presidente da República eleito por voto direto após o período da ditadura militar foi condenado à perda do mandato e inelegibilidade por oito anos.

Com a queda de Fernando Collor, Itamar Franco se tornou presidente do Brasil e governou entre 29 de dezembro de 1992 e 01 de janeiro de 1995.

Quando Itamar Franco assumiu a presidência, o Brasil estava em meio a uma grave crise econômica, com a inflação chegando a 1100% em 1992. No ano seguinte foi atingida a maior inflação da história do Brasil: 2708,55%. Foram realizadas algumas trocas de ministros da Fazenda,

até que Fernando Henrique Cardoso assumiu o cargo. Em fevereiro de 1994 foi lançado o Plano real, que foi bem sucedido na estabilização da economia do país e foi um marco do governo Itamar.

Impulsionado pelo sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso concorreu à presidência da República no mesmo ano e venceu seu principal oponente, Luis Inácio Lula da Silva, com aproximadamente o dobro de votos já no primeiro turno. Durante seu primeiro mandato, foi aprovada a emenda constitucional que permitiu a reeleição para cargos executivos em todos os níveis. A votação dessa emenda foi marcada por denúncias que apontavam compra de votos a favor da emenda.

Em 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi eleito novamente em primeiro turno, vencendo outros 11 candidatos, entre os quais Lula (PT) e Ciro Gomes (PPS) (segundo e terceiro lugares, respectivamente).

Nas eleições de 2002, finalmente Lula sagrou-se vencedor em sua quarta disputa pela presidência da República. No segundo turno, seu oponente foi José Serra (PSDB). A vitória de Lula foi um marco na história do país pois pela primeira vez um líder sindical, com pouca escolaridade e forte identificação com as camadas mais populares da sociedade iria governar o país. Reeleito no pleito de 2006 no segundo turno, vencendo Geraldo Alckmin (PSDB), a era Lula não deixou de ter denúncias de corrupção mas foi também marcada por grandes avanços sociais com programas que permitiram que um maior número de pessoas sem condições financeiras ingressassem no ensino superior, saíssem da linha da miséria com ajuda do programa Bolsa Família e obtivessem uma condição sócio-econômica que outrora parecia muito difícil de ser alcançada. Com grandes índices de aprovação, Lula foi de extrema importância na sucessão presidencial de 2010.

Nas eleições de 2010, pela primeira vez na história do Brasil uma mulher venceu as eleições. A candidata do PT, Dilma Rousseff venceu as eleições no segundo turno, contra José Serra. Outro fato importante e marcante na eleição de Dilma foi sua história de militância e luta contra a ditadura militar. Presa em 1970, a presidenta sofreu 3 anos de torturas na prisão. Seu governo seguiu dando continuidade aos programas lançados pelo governo de seu antecessor e apoiador e ampliou as conquistas sociais e o desenvolvimento do país com programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, “Programa de Aceleração do Crescimento” e “Ciências Sem Fronteiras”, por exemplo.

O espectro da corrupção acompanha a história política do Brasil, independente dos partidos que estão no poder. O fator que faz a diferença é como o governo encara e lida com as denúncias de corrupção. Com Dilma não foi diferente, várias denúncias de corrupção foram feitas mas a presidenta enfatiza que em seu governo a corrupção é investigada e combatida.

A disputa eleitoral de 2014 já pode ser considerada a mais surpreendente e marcada com

acontecimentos inesperados dentro da história do Brasil. Em agosto de 2014, um acidente de avião matou o candidato à presidência da República e terceiro lugar nas pesquisas de opinião, Eduardo Campos (PSB) e seus assessores. Sua candidata à vice, Marina Silva (PSB) assumiu a cabeça da chapa e coube a Beto Albuquerque, deputado federal pelo Rio do Sul e do mesmo partido. Durante algumas semanas as pesquisas de alguns institutos chegaram a apontar a vitória de Marina Silva num provável segundo turno com Dilma, deixando o candidato do PSDB Aécio Neves fora da disputa. Com o passar do tempo, algumas manifestações e posições de Marina Silva prejudicaram seu desempenho na disputa causando sua queda nas pesquisas e colocando em dúvida se em um eventual segundo turno ela ou Aécio disputariam a presidência com a primeira colocada, Dilma Rousseff.

Por fim, o segundo turno foi disputado entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. Como pano de fundo da disputa eleitoral havia uma grande quantidade de denúncias de corrupção e atitudes inadequadas de ambos os lados. Na disputa eleitoral mais acirrada dos últimos anos, Dilma Rousseff venceu Aécio Neves por uma diferença de apenas 3,11% (3.459.963 votos). A candidata do PT obteve 51,64% dos votos (54.501.118) enquanto que o candidato do PSDB recebeu 48,36% dos votos (51.041.155).

Alguns dias após o término da votação alguns grupos de pessoas insatisfeitas com o resultado demonstraram seu descontentamento em algumas manifestações, sobretudo em regiões mais nobres de cidades como Porto Alegre e São Paulo. Alguns manifestantes chegavam a declarar que gostariam de uma intervenção militar, afirmavam sentir saudade da ditadura e chegaram a fazer petições na internet pedindo o impeachment da presidenta recém reeleita. Nestes casos foi possível observar o quanto algumas pessoas desconhecem o que vem a ser uma democracia.

2.4 A democracia nos livros didáticos

As duas escolas observadas nesta pesquisa utilizam o mesmo livro didático, intitulado “Sociologia Para o Ensino Médio”, de Nelson Dacio Tomazi. (TOMAZI E LOPES JUNIOR, 2005). O livro tem 256 páginas e pode ser utilizado nos três anos do Ensino Médio. O conteúdo é dividido em 7 unidades, a saber: A Sociedade dos Indivíduos; Trabalho e Sociedade; A Estrutura Social e as Desigualdades; Poder, Política e Estado; Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais; Cultura e Ideologia, Mudança e Transformação Social. No final do livro existe um apêndice, com material que trata da história da Sociologia. As unidades são divididas em capítulos e contam com um pequeno texto teórico explicando o assunto central do capítulo, alguns pequenos textos para reflexão e atividades propostas, que podem ser antecedidas por um trecho de alguma obra ou uma história em quadrinhos, por exemplo. O autor também fornece dicas de páginas da internet, revistas,

livros e filmes que podem contribuir na compreensão do assunto abordado. O livro conta ainda com muitas ilustrações e fotografias para ilustrar os assuntos.

O tema Democracia está inserido na unidade 4 (Poder, Política e Estado). Tomazi invoca as palavras de Claude Lefort, Joseph Schumpeter, Giovanni Sartori, Robert Dahl, Adam Przeworski, Guillermo O'Donnell e Boaventura de Sousa Santos para explicar a democracia. O autor faz uma revisão da história política do Brasil, do período da colonização até os dias atuais, passando pelo período da ditadura militar e da redemocratização do país. Em seguida, a democracia no Brasil é abordada, com explicações sobre o sistema partidário e algumas interessantes reflexões, como por exemplo, a despolitização do povo, o poder das instituições financeiras, privatização, corrupção e outros.

Os professores de Sociologia costumam utilizar mais de um livro didático para apoiar a elaboração das suas aulas, apesar das escolas adotarem somente um título como livro didático oficial. Na época de escolha dos livros didáticos as editoras enviam muitos exemplares de variados autores para que os professores avaliem os materiais e façam suas escolhas. Esse material fica na escola e posteriormente serve como literatura de apoio.

Um desses materiais é o livro “Sociologia Hoje” (MACHADO *et al.* 2013). Assim como o livro mencionado anteriormente, trata-se de um volume único, para os três anos do ensino médio. Este livro tem 307 páginas e seu conteúdo é organizado em Introdução e 3 unidades (Cultura, Sociedade e Poder e Cidadania), cada uma dividida em capítulos. Os autores seguem a mesma linha de Tomazi, pois o livro conta com pequenos textos para reflexão, histórias em quadrinhos e charges para discussão e dicas de livros, filmes e documentários para ampliar o entendimento dos assuntos. O aprofundamento do conteúdo é um pouco maior do que o livro de Tomazi. Um exemplo disso é a abordagem do conceito de democracia. Ao contrário do livro “Sociologia Para o Ensino Médio”, o “Sociologia Hoje” traz o histórico da democracia, desde seu surgimento na Grécia antiga até os dias atuais. Os autores também explicam os diferentes tipos de democracia. Por um lado é positivo que a abordagem seja ampla mas por outro lado, uma grande quantidade de informações pode confundir os estudantes se o docente não souber elaborar as aulas de modo a ajudar o aluno a ver no cotidiano aquilo que se está estudando em sala de aula. Se os alunos não conseguem fazer esse paralelo entre a teoria da sala de aula com a aplicação na vida real, o ensino de sociologia corre o risco de ser encarado como algo burocrático, desnecessário e irrelevante.

2.5 Cultura política

A cultura política consiste em uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos, tais como orgulho nacional, respeito pelas leis, participação e interesse por política, tolerância,

confiança interpessoal e institucional. Essas crenças e valores podem afetar o envolvimento das pessoas com a vida pública. Essas orientações têm longa duração no tempo podem influenciar os cidadãos a aceitarem ou não o regime democrático como alternativa preferencial (MOISÉS, 2008).

O conceito de cultura política passou a ser valorizado na década de 1960, sendo que o maior destaque dessa época foi a obra *The Civic Culture*, de Almond e Verba publicada em 1963, que tornou-se referência para os estudos sobre o tema (FEDOZZI, 2008).

Ainda que o enfoque de Almond e Verba (1989) esteja ultrapassado, o conceito de cultura política por eles proposto e a metodologia de emprego de técnicas empíricas de aferição da opinião pública para sondar a cultura política ainda são válidos (SCHMIDT, 2000). Segundo esses autores, existem três tipos de cultura política, cada um com suas próprias subculturas. O primeiro é a cultura política paroquial, que é própria de sistemas tradicionais simples, como por exemplo as sociedades tribais, nas quais não existem papéis políticos especializados e as expectativas de mudança são inexistentes. O paroquialismo em sociedades mais diferenciadas é mais afetivo e normativo do que cognitivo. O segundo tipo é a *cultura política súdita*, que é passiva. Em sociedades com instituições democráticas, provavelmente esta orientação também é mais afetiva e normativa que cognitiva. O terceiro tipo é a *cultura política participante*, na qual os membros da sociedade tendem a estar explicitamente orientados tanto aos aspectos *input* quanto aos *output*, seja favorável seja desfavoravelmente, e a um papel “ativista” de si próprio. Na realidade as culturas políticas estão misturadas.

2.6 Socialização Política

Para Aristóteles, o homem é um animal político. A política está em presente na sociedade em que vivemos em vários momentos, desde a comunidade onde moramos até o país onde vivemos. Seja na vizinhança ou na sede do governo do município, estado ou país, decisões são tomadas e podem repercutir na vida das pessoas. Há uma ideia de que “política, religião e futebol não se discutem”, mas é muito importante que tal ideia seja desconstruída para que a política possa ser discutida e o processo eleitoral seja encarado de forma séria.

Segundo Émile Durkheim, o homem seria apenas um animal selvagem que se tornou humano apenas porque se tornou sociável, capaz de aprender hábitos e costumes característicos de seu grupo social para conviver no meio deste. Este processo de aprendizagem foi chamado por Durkheim de socialização.

A socialização também pode ser explicada como o processo de transmissão de códigos culturais de um grupo social aos indivíduos que dele fazem parte, integrando-os à medida em que interiorizam as informações recebidas. O processo de socialização se inicia no nascimento do

indivíduo e continua por toda a vida.

A partir da obra do historiador francês Philippe Ariès, “História Social da Infância e da Família”, que estuda a construção social da família e da infância na modernidade, a análise do processo de socialização como fase central da formação ganha importância científica. Ariès apontou que a distinção da infância como uma fase específica da vida, na qual o indivíduo recebe atenção especial, é uma característica que surge apenas a partir do século XVIII.

Desde os primeiros contatos com os membros da família dentro do núcleo familiar, passando pelas relações de amizade, no local de trabalho ou amorosas, as pessoas são levadas a estabelecer laços com outras pessoas. Segundo Peter Berger, a socialização constitui a interiorização da realidade vivida, que é subjetiva, em um desenvolvimento que os integra em grupos sociais os quais fazem parte desde a infância. Isso ocorre por meios de mecanismos de socialização (aprendizagem, imitação e identificação), pelos quais o mundo exterior molda o mundo interior dos indivíduos. A socialização é um processo contínuo, ou seja, na medida em que as pessoas vivenciam suas experiências sociais em espaços distintos como a família e a escola, os seus padrões de atitudes são formados ou passam por alterações (RIBEIRO E FARINA, 2004).

Os mecanismos de socialização acontecem em dois níveis e são classificados como socialização primária e socialização secundária. A socialização primária consiste nos contatos caracterizados por alto grau de afetividade, que constituem relações diretas e de forte proximidade entre os integrantes. É a socialização que ocorre na infância e na qual há uma grande influência da família. Nessa fase os indivíduos internalizam as suas experiências e estabelecem, na maioria dos casos, relações sólidas e permanentes. Desse modo, tornam-se parte de um contexto social. Por sua vez, a socialização secundária diz respeito ao processo subsequente, iniciado ao final da infância e que continua por toda a vida. Tal processo introduz o indivíduo em novas e diferentes realidades sociais, o que geralmente ocorre fora dos espaços familiares. Este é o processo de socialização que ocorre na escola, nos locais de trabalho, nos grupos de amigos, nas práticas esportivas em grupo, entre outros. Os agentes são mais diversificados, sua atividade na adaptação do indivíduo ao grupo em questão está relacionada às escolhas e às situações sociais experimentadas pelos elementos envolvidos.

A socialização política pode ser entendida como o “conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e as instituições” (BAQUERO, 1997). Na literatura, em geral o termo se refere ao processo de formação das atitudes políticas dos indivíduos. Também pode ser entendido como o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por meio de novas gerações

(SCHMIDT, 2000). Segundo Easton & Dennis (1969), a socialização política compreende processos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento.

Na década de 1950 a socialização política começou a se constituir como área de estudo específica. Em meados dos anos 1960, uma pesquisa conduzida por David Easton, Jack Dennis, Robert Hess e outros pesquisadores contou com entrevistas a cerca de 12.000 crianças nos Estados Unidos e impulsionou estudos sobre o tema. Os estudos sobre socialização política podem ser dividida em duas etapas:

- Primeira Etapa: iniciou na década de 1950 e durou até meados dos anos 1970. Nessa fase a grande preocupação foi a compreensão sobre a socialização infantil e a influência da família nesse processo e na transmissão de atitudes.

- Segunda Etapa: o foco de estudos foi a socialização de adolescentes e adultos. Essa fase teve seu início marcado com a publicação de uma obra chamada *The Political Character of Adolescence: The Influence of Family and Schools* (JENNINGS E NIEMI, 1974). Os autores demonstraram que a família não é a agência socializadora mais decisiva. Nesse processo, a escola pode ter influência quando o ambiente familiar não oferece condições favoráveis.

2.6.1 Quando ocorre a Socialização Política

Um dos pontos importantes a ser investigado é se os jovens possuem atitudes prévias em relação à política e qual é a intensidade dessas atitudes. Se elas são profundas, rasas, duradouras ou efêmeras (SCHMIDT, 2000).

Até os anos 1960 predominou a ideia que não havia uma socialização verdadeira na infância pois se entendia que as crianças não tinham maturidade para compreender política. Hyman (1959) concluiu que as atitudes políticas são formadas no início da vida. Almond & Verba (1989) defenderam que quanto maior for a participação dos jovens nas decisões familiares e escolares, maior será sua confiança de que pode influenciar o meio.

Easton (1969) solidificou a teoria de que a socialização infantil é decisiva na formação política. Baquero (1997) corrobora a ideia da importância da socialização infantil e que a mesma pode marcar a formação política dos indivíduos.

Segundo Schmidt (2001), as pesquisas sobre socialização feitas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 reafirmam a proposição de Berger e Luckman (1985) de que a socialização infantil tem importância real na formação política dos indivíduos e que esse processo pode ser diferenciado em socialização primária e secundária.

2.6.2 Socialização política de jovens

A juventude pode ser entendida como o período em que as pessoas passam da infância para a fase adulta, durante o qual ocorrem mudanças biológicas, psicológicas e culturais (UNESCO, 2004). Segundo Castelo Branco (2003), a juventude é um período no qual se pode observar de forma mais clara a intensidade das transformações na construção de um sentimento de identidade. Entretanto, deve-se considerar que a juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias particulares (UNESCO, 2004).

A adolescência não deve ser encarada como apenas uma fase que antecede a entrada na vida adulta pois ela não se restringe a uma transição. Essa fase deve ser compreendida como um processo mais amplo, de constituição de sujeitos e que é influenciada pelo meio social no qual se desenvolve (SEMICHECHE *et al.* 2012). Durante a juventude ocorre a construção da identidade, a busca da autonomia diante dos pais, o que constituem situações importantes para seu pleno desenvolvimento.

O foco principal do estudo da socialização política de jovens é a percepção que os jovens tem de seus governos e como as leis são seguidas. Essa linha de pesquisa também investiga o que e como eles aprendem sobre as instituições políticas e econômicas e sobre seus próprios direitos e deveres como cidadãos (MARÇAL, 2004).

A compreensão das questões sociais e políticas e o conhecimento das crenças e expectativas dos jovens em relação ao futuro do país é essencial para que o jovem possa se inserir na sociedade e desempenhar seu papel de cidadão de modo a serem protagonistas e não apenas espectadores da democracia e da cidadania. O jovem precisa ser formado de modo a se tornar agente de mudanças e sujeito não alienado.

2.6.3 Agências de Socialização Política

Podemos elencar diversas agências que atuam na socialização política: família, escola, espaços religiosos, local de trabalho, grupos de amigos, mídias impressas, meios de comunicação, internet e redes sociais. Os dois primeiros são de extrema importância pois contemplam boa parte dos adolescentes. Independente da configuração, praticamente quase todos os jovens estão inseridos em um contexto familiar, bem como boa parte deles frequentam espaços escolares.

No que se refere à questão familiar, muitas vezes a adolescência é vista como uma fase conturbada e distanciamento dos familiares, o que pode sinalizar uma possível crise deste núcleo como agência socializadora (DYRREL, 2003).

Morgado e colaboradores (2013) defendem que a estrutura familiar por si só não é suficiente

para explicar o processo de socialização, o que possibilita concluir, segundo as autoras, que a socialização política não dependerá exclusivamente do agregado familiar com o qual vivem. O fato de os pais serem separados não implica em problemas do ponto de vista de socialização, tampouco o fato de viver com pais em união estável ou casamento garante a ausência de dificuldades nesse processo.

Segundo Silveira & Amorim (2005), a família, que é a primeira estrutura de socialização encontrada pelo indivíduo, desempenha importante papel na socialização política, contribuindo na formação de opinião e atitudes em relação ao poder e à autoridade em vários âmbitos.

A família passa por mudanças, tais como reconhecimento dos direitos das mulheres, liberdade sexual, para citar algumas. As configurações de famílias também são diversas. Alguns jovens vivem apenas com um dos genitores, que podem ter outros relacionamentos com pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo. Existem ainda os jovens que vivem com outros familiares (avós, tios, tias, irmãos, irmãs, etc), com amigos, sozinhos ou com companheiros (em casamento ou união estável). Ainda assim, a família continua sendo considerada como a instituição mais confiável e os pais continuam sendo referências para a vida dos jovens (ARAÚJO, 2009).

A escola está se tornando mais permeável ao contexto social e suas influências com a expansão que ocorreu na década de 1990, quando um contingente bastante heterogêneo de jovens passou a frequentar as escolas públicas de ensino médio, que até então eram frequentadas por estudantes das camadas altas e médias da sociedade (DAYRREL, 2003). Com esse novo público vieram novos conflitos e contradições de uma estrutura social diferente, o que trouxe novos desafios à escola (SPOSITO, 2005).

A escola é um local onde os indivíduos podem adquirir conhecimentos sobre política, ampliar experiências de participação e desenvolver consciência do ambiente social (SILVEIRA E AMORIM, 2005). Entretanto, existem estudos que apontam que algumas instituições de ensino tem socializado padrões autoritários em sua prática educativa, o que pode desestimular a participação dos jovens (SOUZA, 1986; SILVEIRA, 2005).

A estrutura escolar exerce uma influência importante no processo de socialização política, pois na escola são transmitidas informações sobre o funcionamento do sistema político, o que pode contribuir para uma futura participação com maior qualidade (RIBEIRO E FARINA, 2004). Nesse sentido, é importante refletir sobre o papel dos docentes de Sociologia pois através de suas aulas esses conhecimentos podem ser expostos e discutidos. As aulas de Sociologia podem contribuir de forma relevante no processo de socialização política secundário, se forem planejadas e pensadas no sentido de formar cidadãos participantes, críticos, que tem conhecimento do passado, refletem sobre o futuro e estão cientes da situação atual.

Outro ambiente que pode ser um espaço de socialização política são os locais onde se praticam atividades religiosas. As questões religiosas influenciam as discussões acerca de assuntos que são importantes para sociedade, alguns acabam por ser polêmicos justamente por conta da influência da religião no cenário político brasileiro, ainda que o Brasil seja um Estado laico. Podemos citar como exemplos a união homoafetiva, aborto e a descriminalização de drogas. Mesmo que nem todos os habitantes do país declarem seguir uma religião, a influência religiosa nas discussões atuais é inegável. Nesse sentido se destacam os evangélicos, cuja presença no Legislativo e no Executivo de diversos estados e municípios, Câmara dos Deputados e Senado Federal demonstra a força desse segmento junto à população brasileira, o que reforça a sua posição de ator político considerável na atual conjuntura política (Maia, 2006). As religiões, com seus valores morais e hábitos, pautam a vida dos indivíduos e exercem certa influências sobre os comportamentos e decisões. Além disso, a dominação carismática que pode ser observada em alguns líderes religiosos pode ter repercussão nas atitudes de jovens seguidores de alguma religião. O carisma é um fenômeno sociológico relevante de ser compreendido em cada uma de suas incontáveis manifestações, dentre as quais podemos ressaltar a política (Mendonça, 2004). Especialmente em período de campanha eleitoral é possível ver lideranças religiosas utilizando sua influência para buscar eleger candidatos que defendam suas demandas.

No que se refere ao papel da mídia como agência de socialização política, a televisão tem importância na socialização dos jovens, uma vez que esse meio atinge diversos âmbitos de vida social (ARAÚJO, 2009). Desde a década de 1980 a mídia tem um papel relevante na socialização política, estando junto da escola como ambiente de grande impacto na socialização (SCHMIDT, 2000). Os meios de comunicação tem influência sobre a informação e o conhecimento dos indivíduos acerca do mundo político. Frequentemente alguns desses meios tentam manipular os eleitores, conduzir os rumos da política conforme os seus interesses.

Com o advento da tecnologia e a relativa facilidade de adquirir dispositivos que acessem a Internet, esse meio também pode ser considerado como espaço de propagação da socialização e cultura política. A Internet pode ser vista como um espaço por busca de informação, porém é necessário compreender que tipo de informação se está acessando, bem como a qualidade dessa informação (ROBALLO E MACHADO, 2009). Apesar da grande utilidade em ampliar o acesso ao conhecimento, a Internet também pode espalhar informações incorretas ou falsas. Tanto a escola quanto a família, se bem instruídas, podem auxiliar os jovens a selecionar as informações mais pertinentes e verídicas. Mesmo que existam diversas formas e ambientes de socialização política, é inegável a importância do espaço escolar não somente para o processo em si mas também na análise das informações obtidas em diferentes espaços onde ocorre a socialização política.

2.7 O papel das aulas de Sociologia no Ensino Médio

Levando em consideração a importância dos assuntos mencionados anteriormente, é importante que o docente de Sociologia se preocupe em nortear as aulas de modo a ajudar os alunos a ter a preocupação e o interesse pela participação dos processos políticos do país, de modo a ajudar a construir a sua cidadania e ajudá-los a pensar de forma crítica e que busque melhorar as suas condições de vida, ainda que isso possa parecer um tanto quanto utópico.

Para pensar a Sociologia como disciplina escolar no Ensino Médio e a sua importância no processo de formação da identidade dos alunos bem como sua contribuição na socialização política é preciso pensar no sentido da escola na qual segundo Arroyo “não se define basicamente como um lugar de falas, mas de práticas, de afazeres” (ARROYO, 2000). Nesse sentido, é preciso refletir as práticas utilizadas e as possibilidades de mudança para uma Sociologia que parece aos estudantes, extremamente abstrata.

Para muitos estudantes, a Sociologia não tem importância e os 50 minutos semanais são apenas para cumprir uma obrigação curricular. Nem todos os docentes são bem sucedidos na tarefa de auxiliar seus alunos a perceber que os assuntos tratados em Sociologia, entre eles a política, fazem parte de seu cotidiano e que conhecê-los pode ser bastante positivo na sua vida como indivíduo que vive em sociedade e que tem um papel a cumprir.

Pensar o cotidiano em uma aula de Sociologia no Ensino Médio é questionar as realidades nas quais pertencem, e, sobretudo, as informações diante de um determinado assunto no qual através da mídia, seja ela impressa ou televisiva, internet e redes sociais acessadas pelos estudantes.

Segundo Sarandy (2001), as ciências possuem fronteiras as quais é necessário ultrapassar. No caso da Sociologia, primeiramente é preciso compreender qual a sua especificidade, ou seja, aquilo que nenhuma outra disciplina poderá oferecer. Delineando a sua diferença e afirmando a sua identidade, pode se pensar em então desenvolver no estudante um pensamento crítico. Esse processo pode e deve contar com as outras disciplinas, pois o conjunto interdisciplinar colabora com o contato do estudante com sua realidade assim como com as diversas realidades e culturas ao seu redor porque o movimento de distanciamento do olhar sobre nossa realidade e a aproximação de outras realidades é que desenvolvemos um outro nível de compreensão e crítica (SARANDY, 2001).

O ideal é que o ensino de Sociologia tenha como um dos objetivos o de desenvolver no aluno uma perspectiva sociológica, ou seja, contribuir para uma formação que proporcione aos jovens alunos condições de construir questionamentos sua realidade e a sociedade na qual está inserido, através de diferentes olhares e perspectivas distintas.

Para tanto, também é necessário pensar a prática em sala de aula. Aulas meramente expositivas, com quadros cheios de teorias e resumidas a escrever, ler e ouvir o professor não contribui efetivamente na construção de cidadãos que refletem seu papel e seu contexto. Essa metodologia não contribui com o processo de socialização política pois afasta o estudante. Tal modelo consiste em algo pronto e automático que serve apenas para a reprodução e que deixa de lado o propósito do ensino de Sociologia visando à formação de um indivíduo crítico, ou seja, um cidadão.

Dubet (1997) deixa clara a situação do professor, o qual para conquistar os alunos e prender sua atenção é preciso estar a todo o momento os ocupando e trazendo novidades. Para se dar uma aula de Sociologia que ajude o aluno a refletir e questionar a realidade não basta apenas ter um profundo conhecimento sociológico. O professor precisa estar preparado para retomar de onde parou e renovar o interesse dos alunos. Estar bem informado, ter informações novas e pertinentes, dialogar com os alunos e saber ouvi-los é essencial. O aluno deve falar, não somente o professor. Professores gostam de falar e nisso os alunos são impedidos de expressar seus desejos e explicações (TOMAZI e LOPES JUNIOR, 2005).

As atuais condições do magistério não contribuem para o desenvolvimento desse modelo de educação. Infelizmente muitas escolas não tem estrutura física para elaboração de aulas mais interessantes e dinâmicas. Existe ainda a falta de professores que ocasiona aulas ministradas por pessoas de outras áreas do conhecimento, sem o adequado preparo. Além disso, muitos docentes estão sobrecarregados, acabam por optar pelo mais fácil, que é a mera reprodução dos saberes. Para que as aulas possam ser espaços produtivos na socialização política essas situações precisam enfrentar mudanças, sob o risco de as aulas serem resumidas a reprodução sem reflexão.

3. QUEM SÃO OS ALUNOS ESTUDADOS?

Este capítulo vai apresentar o perfil e as características das escolas amostradas, bem como o perfil dos alunos que responderam os questionários. A seguir, será explicado o procedimento de amostragem. Por fim, as análises resultantes serão apresentadas e descritas.

3.1 Sobre as escolas

Uma das escolas que foi incluída na análise é o tradicional Colégio Julio de Castilhos, localizado no bairro Santana, próximo ao centro de Porto Alegre. Com cerca de 2400 alunos, a escola fundada em 1900 foi considerada um modelo de excelência até a década de 1980. Diversos ex-alunos se destacaram na área da literatura, jornalismo, política e artes, tais como os políticos Leonel Brizola, Luciana Genro e o ator Walmor Chagas. A escola chegou a ter mais de cinco mil alunos, mas atualmente atravessa um período conturbado, que inclusive envolveu uma sindicância e troca de equipe diretiva após a renúncia do diretor anterior. A instituição sempre teve reconhecida a sua participação no movimento estudantil e político. No período da ditadura militar a escola foi o centro do movimento estudantil secundarista. Seu grêmio estudantil e seus alunos sempre tiveram uma tradição de militância política e participação nos movimentos sociais e manifestações de cunho político.

A outra escola envolvida na pesquisa está situada no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre, a Escola Estadual Cristóvão Colombo foi fundada no ano de 1972. A instituição de ensino já passou por cinco alterações de nome e durante alguns anos chegou a ter dois nomes, um nos turnos da manhã e tarde e outro no turno da noite. Entre a comunidade a escola é conhecida como “Poli”, abreviação de Polivalente, provavelmente por causa de algum dos nomes que a escola recebeu no passado.

Na década de 1980, parte da escola foi destruída em um incêndio. Houve perda parcial do arquivo da escola mas cópia dos registros perdidos estão em poder da secretaria da educação. A escola foi reformada e atualmente conta com uma boa estrutura física. Existe um auditório e uma sala de vídeo bem equipada, totalmente informatizada para os alunos, com laboratório de informática, notebooks para uso dos alunos nas dependências da escola e lousa digital. As salas administrativas são bem organizadas e muito agradáveis. A limpeza dos espaços também é satisfatória. O pátio conta com uma grande área verde, locais espaçosos para circulação dos alunos e muitas plantas, algumas florescendo nesta época do ano.

Os pais participam bastante da vida escolar. Os alunos são oriundos majoritariamente do bairro, pois é uma das poucas escolas das redondezas que tem ensino médio. Alguns alunos são dos bairros vizinhos e outros são de famílias que vieram do interior do estado.

Atualmente a escola tem 925 alunos distribuídos em 38 turmas nos turnos da manhã, tarde e noite. O ensino médio é oferecido pela manhã e à noite. A tarde é oferecido apenas o ensino fundamental. Pela manhã são quatro turmas de primeiro ano, quatro de segundo ano e três de terceiro ano. No turno da noite são duas turmas de primeiro ano, duas de segundo ano e duas de terceiro ano.

Segundo informações da secretaria da escola, o quadro de professores está completo e conta com 45 docentes. Entretanto, segundo relatos dos próprios professores e da coordenação pedagógica da instituição, faltam professores. O professor de Sociologia, responsável por todas as turmas de ensino médio diurno saiu da escola inesperadamente em agosto. As turmas foram distribuídas para docentes da própria que ainda tinham alguma disponibilidade de horário para contrato emergencial. As duas professoras não são da área da Sociologia. Ambas são formadas em história e relataram que estão tentando fazer o melhor possível mas que tem dificuldades para atender de forma satisfatória as turmas, sobretudo por não estarem totalmente a par do método de avaliação do antigo professor.

3.2 Perfil dos estudantes amostrados

Foram entrevistados 86 alunos no total, 54 no Julio de Castilhos (turmas 31C e 31D), cujas idades variam entre 15 e 20 anos, dos quais 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino. Dentre os 32 alunos entrevistados no Cristóvão Colombo (turmas 301 e 302), as idades variam entre 16 e 20 anos. Jovens do sexo masculino correspondem a 56,3% do sexo feminino a 43,8%.

O perfil dos estudantes das duas escolas é apresentado a seguir. A sigla CC corresponde a Cristóvão Colombo e a sigla JC corresponde a Julio de Castilhos.

TABELA 1: situação familiar dos estudantes entrevistados.

Com quem mora (%)	CC	JC
Pai e Mãe	43,8	38,9
Parentes ou Amigos	6,3	3,7
Apenas com a mãe	21,9	27,8
Apenas com o pai	9,4	5,6
Sozinho	0	3,7
Esposo(a) ou Companheiro(a)	9,4	3,7
Outros	9,4	16,7

n=32 (CC) n=54 (JC)

Nas duas escolas a maioria dos estudantes vive com o pai e com a mãe. Em seguida a situação familiar mais frequente é aquela na qual os jovens vivem apenas com a mãe. Apenas no Julio de Castilhos foram participaram da entrevista adolescentes que vivem sozinhos. Por outros entende-se avós, tios, irmãos e primos.

TABELA 2: estado civil dos estudantes entrevistados.

Estado Civil (%)	CC	JC
Solteiro(a)	90,6	87
Casado(a)	0	7,4
Separado(a)	0	1,9
Outros	9,4	3,7

n=32 (CC) n=54 (JC)

A grande maioria dos estudantes é solteira porém alguns poucos declararam ser casados ou estar em uma união estável (estes agrupados na categoria “outros”).

TABELA 3: religião seguida pelos estudantes entrevistados.

Religião (%)	CC	JC
Católica	34,4	26,4
Espírita	6,3	9,4
Afro-brasileira	0	11,3
Evangélica	15,6	15,1
Nenhuma	31,3	32,1
Outra	12,5	5,7

n=32 (CC) n=54 (JC).

No Cristóvão Colombo a maioria dos estudantes declara ser católica ao passo que no Julio de Castilhos a maioria declara não seguir religião alguma. Os evangélicos estão em número bastante próximo nas duas escolas porém não há nenhum aluno que siga religiões afro-brasileiras no Cristóvão Colombo.

TABELA 4: situação profissional dos alunos entrevistados.

Situação profissional (%)	CC	JC
Está empregado(a)	40,6	27,8
Já foi empregado(a)	18,8	33,3
Nunca esteve empregado(a)	31,3	33,3
Outros	9,4	3,7

n=32 (CC) n=54 (JC)

Nas duas escolas, a maioria dos alunos entrevistados moram com o pai e a mãe. Apenas no Julio de Castilhos foram entrevistados alunos que responderam que moram sozinhos. Observou-se que dentre os alunos que responderam o questionário, aqueles que moram apenas com a mãe superam em quantidade aqueles que vivem apenas com o pai, tanto no Julio de Castilhos quanto no Cristóvão Colombo. As configurações familiares nas duas escolas são bastante semelhantes, a maioria dos estudantes vivem com pelo menos um dos genitores e na maior parte dos casos, com os dois. Como era de se esperar devido à faixa etária dos alunos entrevistados, a maioria em ambas as escolas se declarou estado civil solteiro(a). Os que vivem com companheiro(a) ou cônjuge são raros.

No que se refere à religião, os alunos das duas escolas tem algumas diferenças a serem destacadas. A maioria dos estudantes entrevistados no Cristóvão Colombo se declarou católica

(34,4%), seguidos daqueles que responderam não seguir religião alguma (31,3%), com uma pequena diferença entre essas duas respostas (3,1%). Já no Julio de Castilhos ocorreu o contrário, a maioria se declara sem religião (32,1%) ao passo que os que responderam ser católicos estão em segundo lugar (26,4%). Com exceção das religiões afro-brasileiras, todas as religiões listadas foram contempladas pelos alunos entrevistados em suas respostas. A comunidade onde está localizada a Escola Cristóvão Colombo tem bastante engajamento com as duas igrejas católicas nos arredores. Esses dois locais promovem muitas atividades, desde almoços até cursos, palestras e novenas⁷. Portanto, a ausência de alunos seguidores de religiões afro-brasileiras entre os entrevistados na Escola Cristóvão Colombo pode estar ligada com as características da comunidade, porém isso deverá ser melhor investigado pois apenas duas turmas da escola foram entrevistadas e o foco deste trabalho não é a investigação do perfil religioso, apesar de os espaços onde se praticam as religiões serem também espaços onde pode ocorrer a socialização política (ARAÚJO, 2009).

As quantidades de alunos que responderam nunca ter tido um emprego antes são semelhantes nas duas escolas. No Cristóvão Colombo a maior parte dos alunos entrevistados tem um emprego. Já no Julio de Castilhos a maioria já teve um emprego mas atualmente está desempregada.

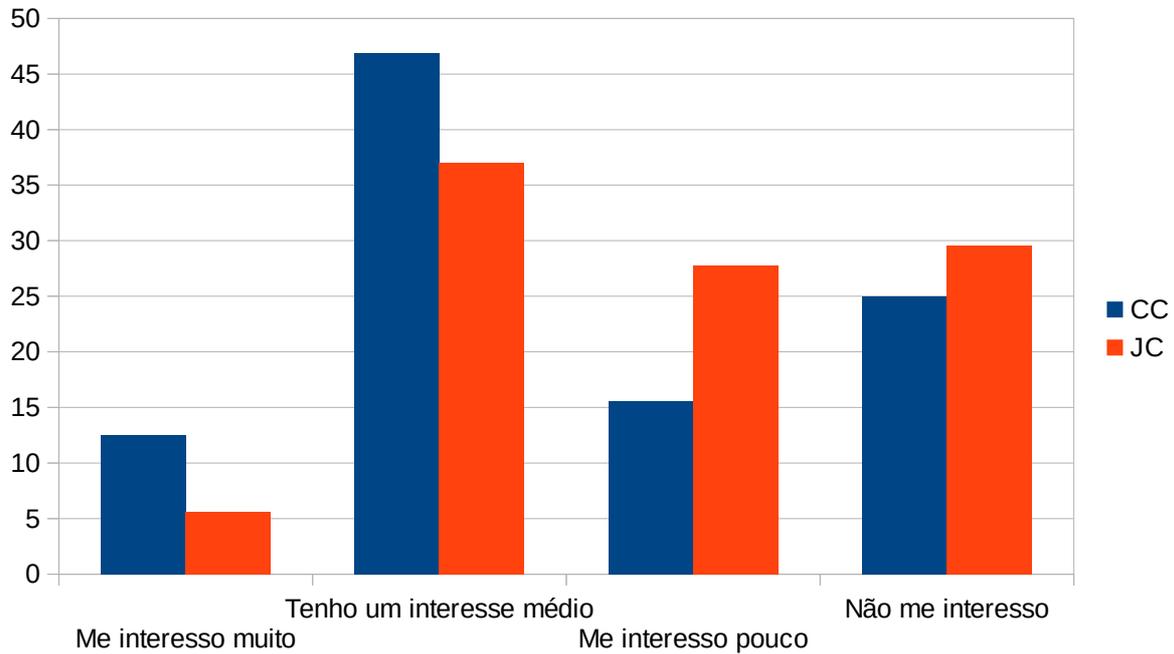
Em geral não se observou diferenças muito marcantes entre os alunos entrevistados nas duas escolas. Isso pode ser um reflexo do turno em que os alunos entrevistados nas duas escolas estão matriculados.

3.3 Comportamento dos estudantes em relação à política

Neste capítulo serão apresentadas as respostas dos alunos para as perguntas referentes às variáveis selecionadas (Quadro 1). Em seguida será feita uma discussão comparativa dos dados obtidos nas escolas, com algumas diferenças e semelhanças destacadas. Nas ilustrações os nomes das escolas serão abreviados, CC se refere à Escola Cristóvão Colombo e JC se refere ao Colégio Julio de Castilhos.

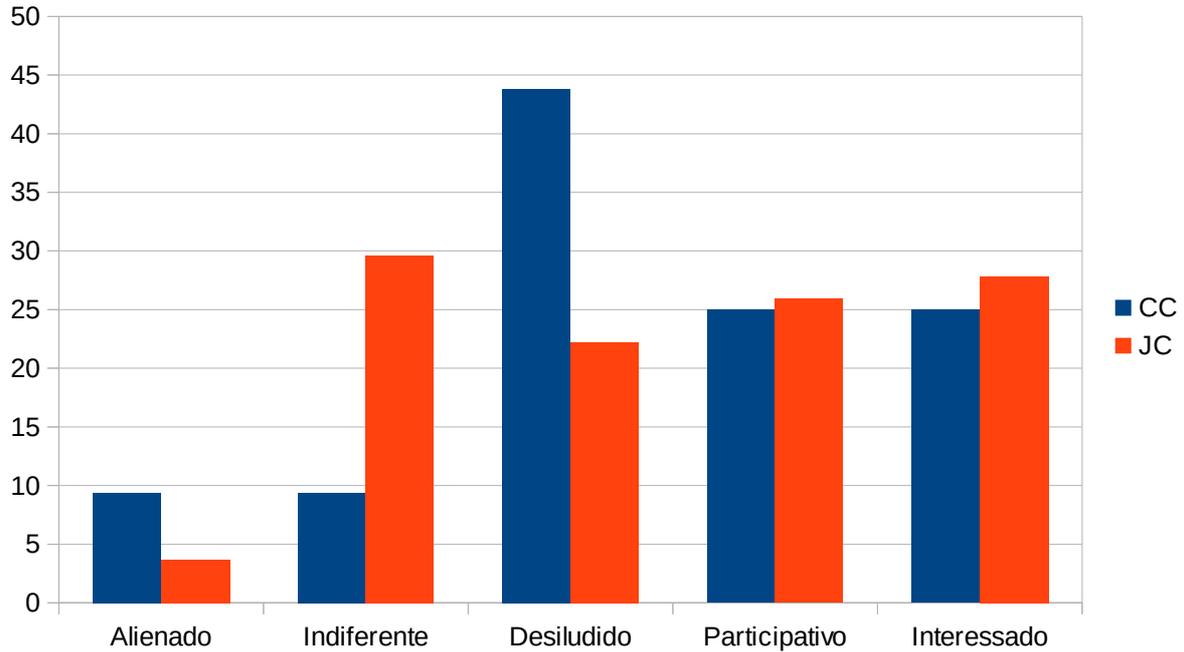
⁷ Novena: encontro para orações que em geral dura 9 dias, bastante comum na religião católica, sobretudo em períodos que antecedem datas como Páscoa e Natal.

FIGURA 1: Interesse dos estudantes por política a partir da questão “De modo geral, você se interessa por política?”. (%)



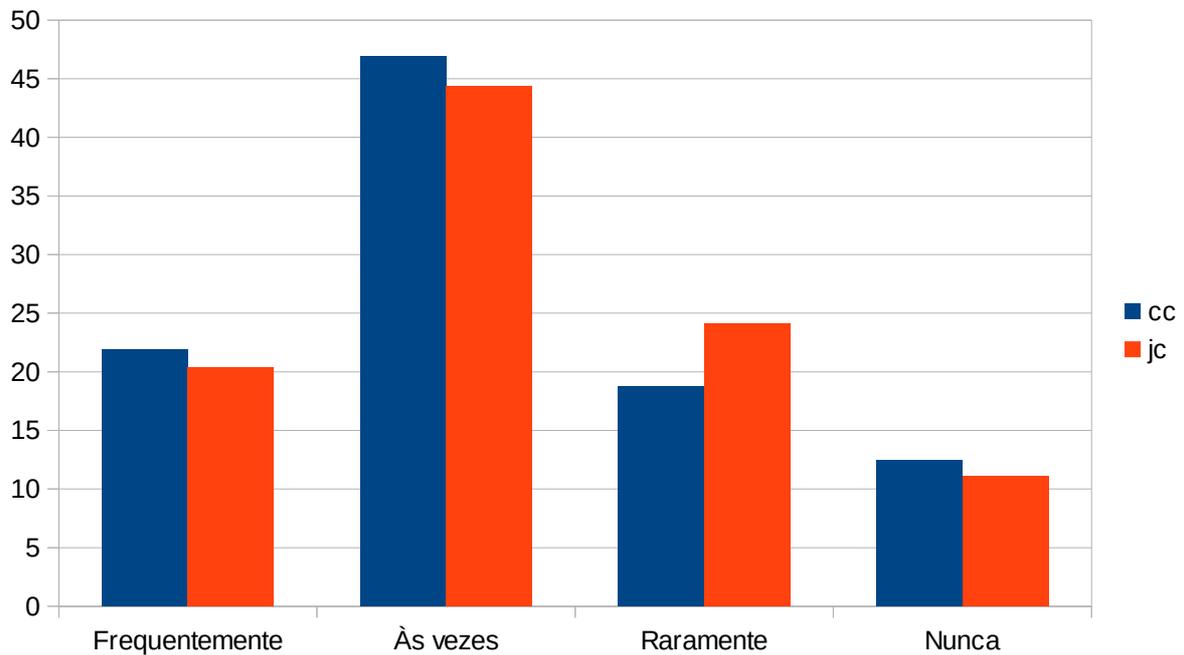
Nas duas escolas, a maioria dos alunos demonstrou ter interesse médio por política. Os resultados mostram que existem diferenças no perfil do interesse político na opção “me interesse pouco”, em que os alunos do Colégio Julio de Castilhos entrevistados comparecem com um índice de 27,8% e adolescentes participantes que estudam na Escola Cristóvão Colombo de 15,6%. Os índices “me interesse muito” (46,9% e 37%) e “não me interesse” (25% e 29,3%) são bastante semelhantes. Estes números não permitem concluir que existem diferenças substantivas no nível de interesse pela política entre os alunos entrevistados nas duas escolas.

FIGURA 2: Auto-definição política a partir da questão “Como você define a si próprio em termos de política?”. (%)



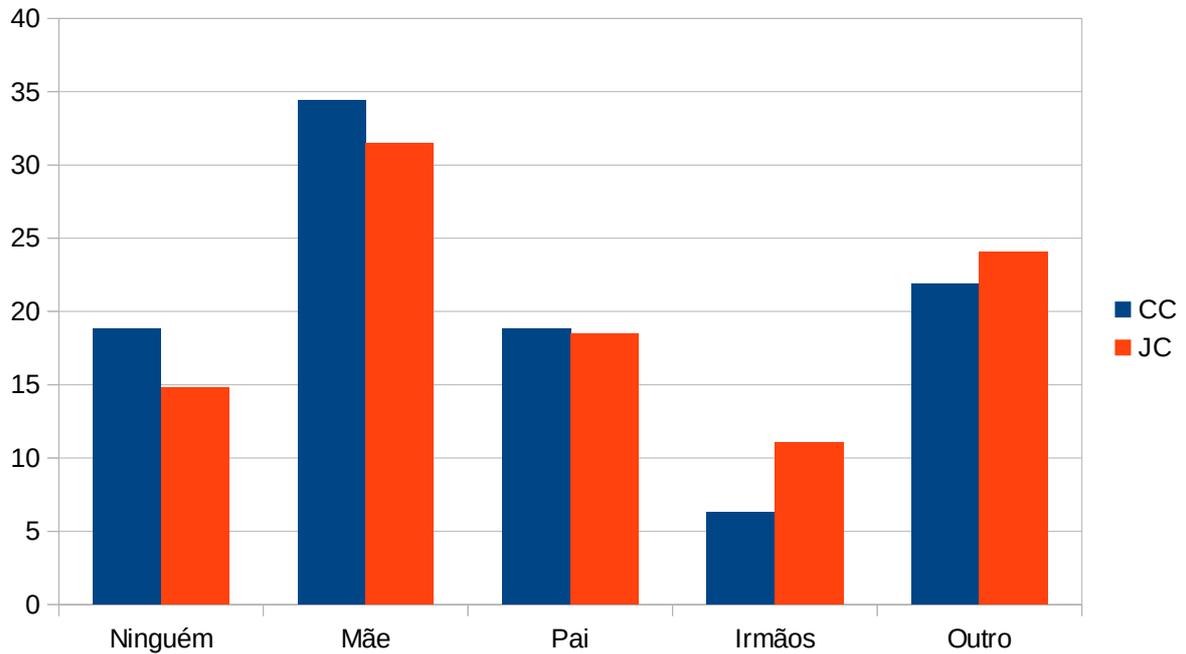
A auto-definição política é um indicativo importante para a compreensão das atitudes porque capta aspectos da auto-percepção do indivíduo no âmbito dessa esfera (SCHMIDT, 2000). A questão constante nos questionários dos jovens apresentava como alternativas as opções alienado, indiferente, desiludido, interessado, participativo e outro. A Figura 2 mostra que a maioria dos estudantes da Escola Cristóvão Colombo se considera desiludida enquanto que os estudantes do Colégio Júlio de Castilhos se consideram indiferentes. A maior diferença entre as opiniões dos alunos das duas escolas está entre aqueles que responderam que sentem-se desiludidos (43,8% e 22,2%, respectivamente) e indiferentes (9,4% e 29,6%, respectivamente).

FIGURA 3: Comunicação política a partir da questão “Você costuma falar sobre política, por exemplo sobre as eleições, o governo ou a situação do país?”. (%)



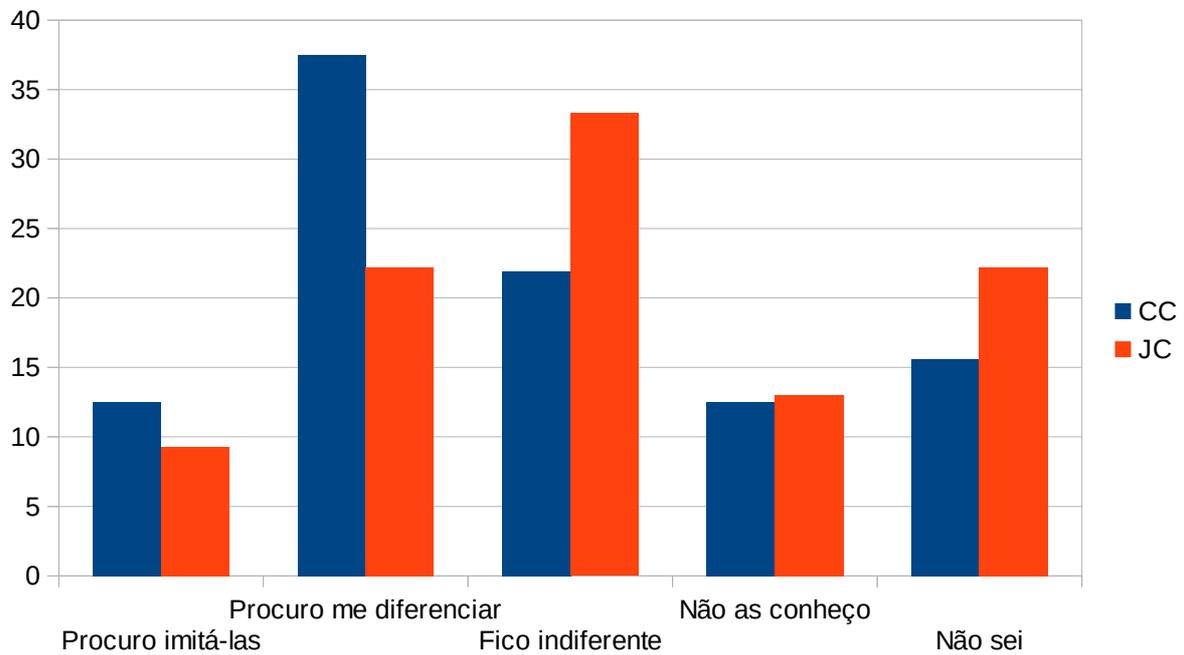
A comunicação política é mensurada através da pergunta “Você costuma falar de política, por exemplo sobre eleições, o governo ou a situação do país?”. Os dados obtidos estão representados nos gráficos a seguir. Os dados obtidos não revelam diferenças substantivas entre as duas escolas. Os que declararam falar sobre política às vezes estão em maior número – 46,9% no Cristóvão Colombo e 44,4% no Julio de Castilhos. Em seguida vem os que responderam frequentemente (21,9%), raramente (18,8%) e nunca (12,5%) no Cristóvão Colombo e raramente (24,1%), frequentemente (20,4%) e nunca (11,1%) no Julio de Castilhos.

FIGURA 4: Comunicação em família sobre assuntos relacionados à política a partir da pergunta “Em família, com quem você mais conversa sobre assuntos relacionados à política?”. (%)



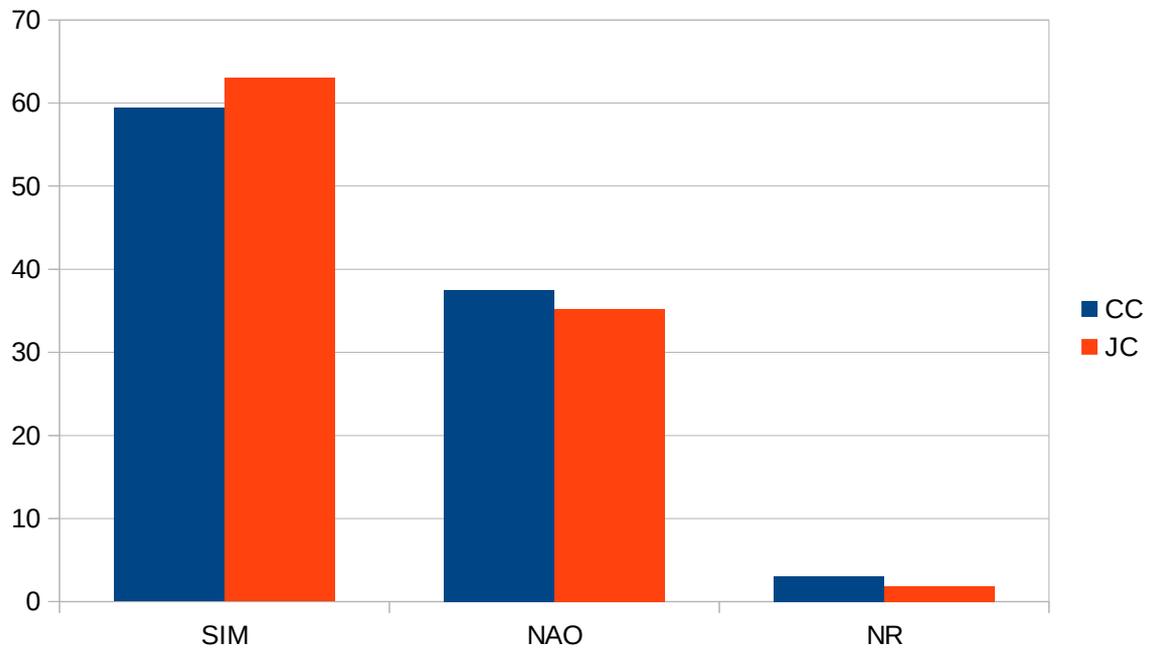
Não se observou diferença de opinião entre os alunos das duas escolas. A maioria dos jovens costuma conversar sobre política com a mãe, seguido de outros (avós, tios, primos, companheiro(a)), ninguém, pai e irmãos. A constatação derivada dos dados expostos na Figura 4 é que a mãe é a principal interlocutora dos filhos em assuntos políticos em ambas as escolas.

FIGURA 5: Posição dos estudantes em relação às ideias políticas de seus pais. (%)



Os dados apresentados no gráfico mostram que a maior parte dos adolescentes entrevistados não se caracteriza pela passividade diante da influência materna e paterna. A imitação é assumida por apenas 12,5% dos jovens alunos do Cristóvão Colombo e 9,3% dos estudantes do Julio de Castilhos. A busca por se diferenciar da opinião materna e paterna representa a opinião da maioria dos estudantes entrevistados nas duas escolas, seguido da indiferença com relação à opinião política dos pais. Por fim, parte dos estudantes declarou não saber responder ou não conhecer as posições políticas dos seus pais. Em geral não houve diferença de opinião entre os estudantes entrevistados.

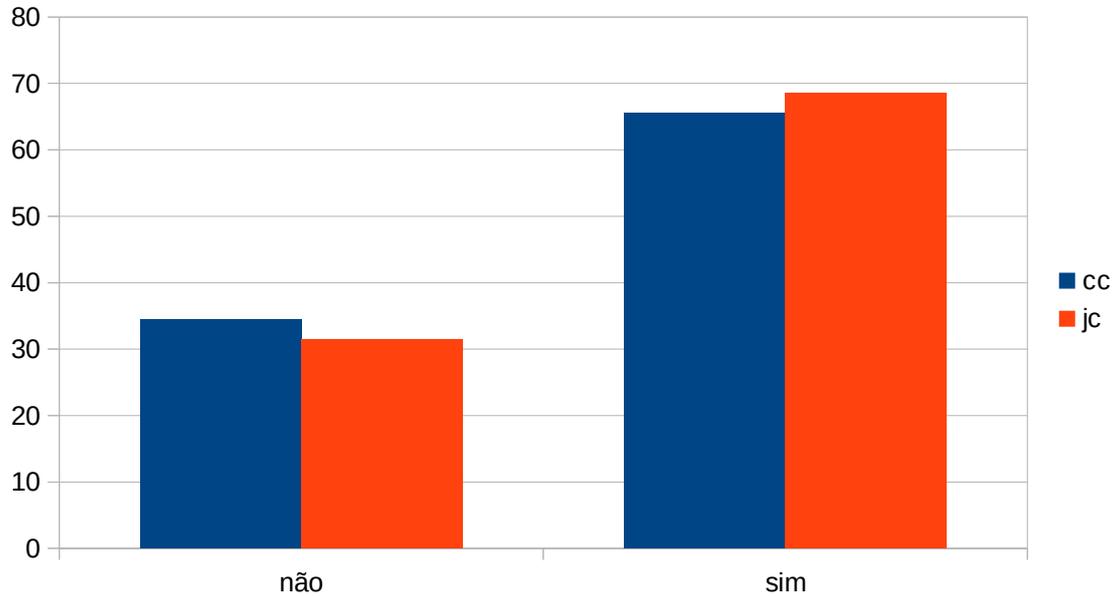
FIGURA 6: Quando há eleições, você procura influenciar o voto de seus pais para que eles votem nos mesmos candidatos que você escolheu? (%)



No que se refere à tentativa dos estudantes de influenciarem o voto de seus pais, não houve diferença de opinião entre os alunos entrevistados nas duas escolas. Em ambas a maioria declarou tentar influenciar o voto dos pais.

FIGURA 7: Você se considera em condições de entender o que acontece na política? (%)

No que se refere à compreensão da política, a maioria dos alunos em ambas as escolas se



consideram em condições de entender o que acontece na política e não há diferença de opinião entre os alunos das duas escolas. Observa-se que o senso de eficácia nos alunos participantes da pesquisa nas duas escolas é semelhante. O índice de alunos que se considera em condições de entender o que acontece em política no Julio de Castilhos é levemente superior, ao passo que o nível de alunos que respondeu não ter condições é levemente menor na mesma escola. Entretanto, no que se refere à crença de poder influir na política e no governo, observou-se diferença significativa entre as respostas dos alunos das duas escolas, conforme a Figura 8.

FIGURA 8: Você acredita que pode influir na política e no governo? (%)

Dentre os alunos do Cristóvão Colombo, 59,4% acreditam que podem influir na política e no governo e 40,6% não compartilham dessa opinião. No Julio de Castilhos um número expressivo de alunos (72,2%) acredita que pode influir na política e no governo enquanto que 27,8% não acreditam nisso. Em 2013 os alunos dessa instituição de ensino participaram ativamente das manifestações.

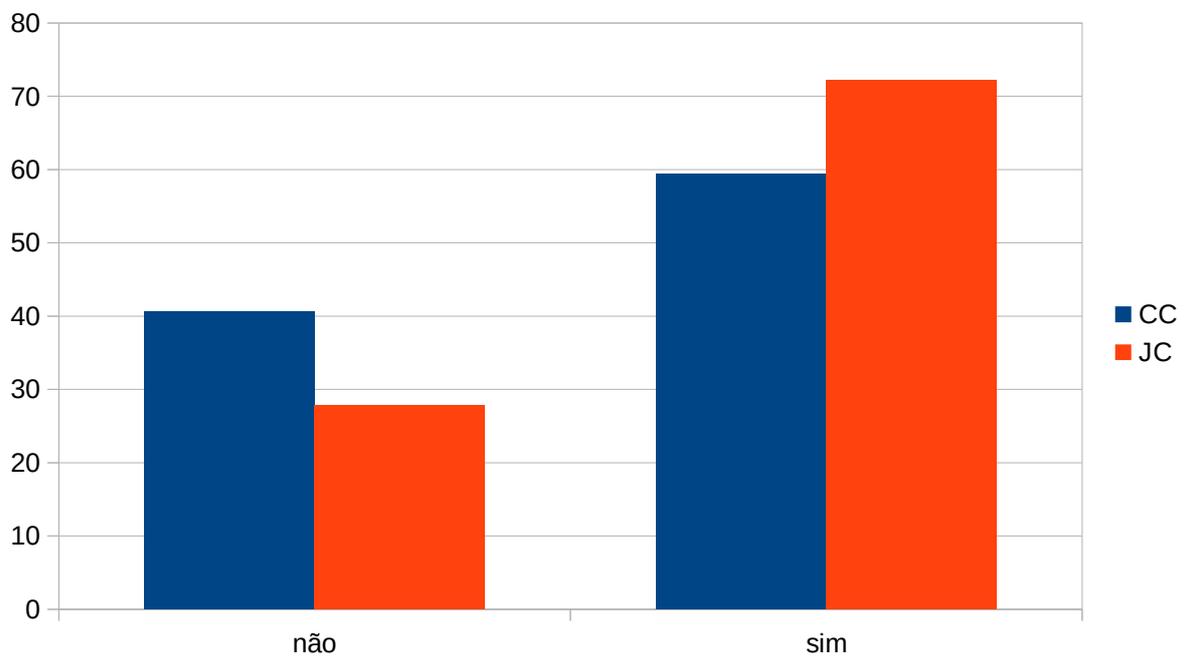
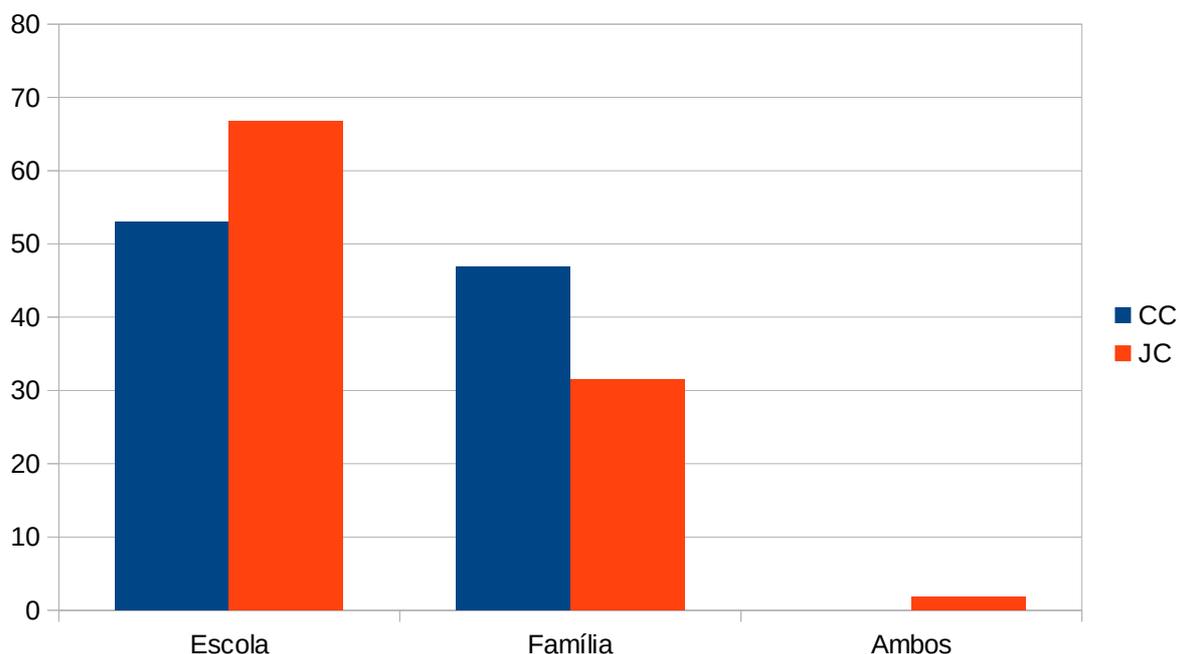


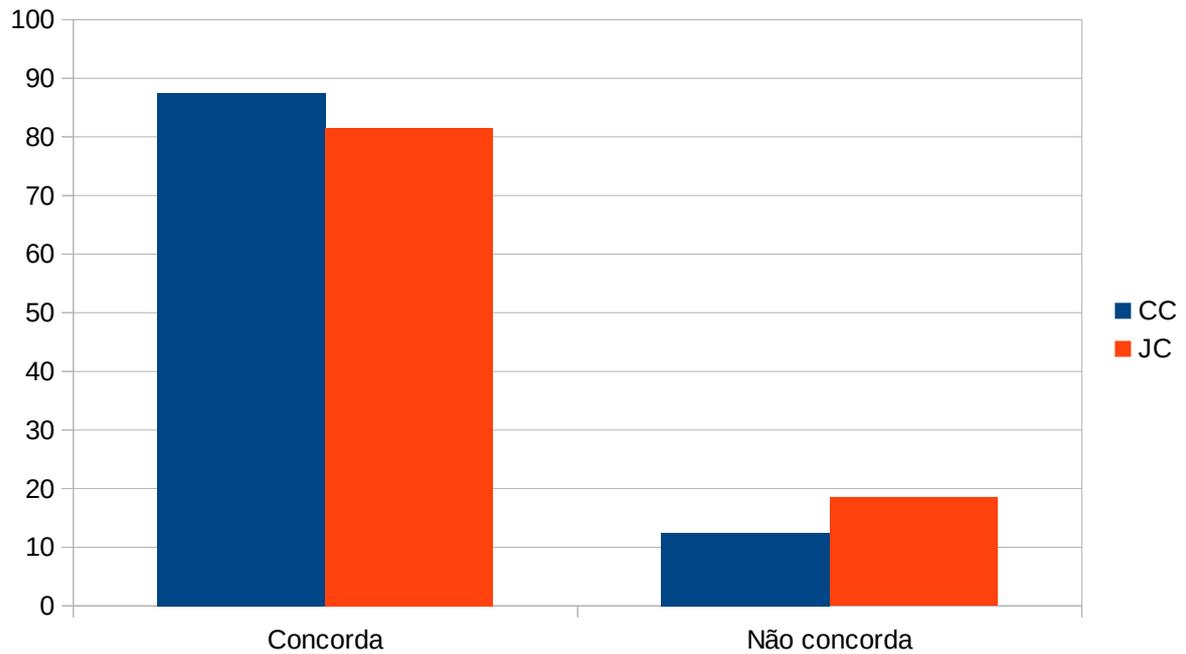
FIGURA 9: Quem favorece mais o interesse pela política: sua escola ou sua família? (%)



Em ambos os casos, os jovens acreditam que é a escola que favorece mais o interesse por política. Entretanto, observou-se diferenças entre as respostas dos estudantes das duas escolas. No Cristóvão Colombo, 53,1% dos alunos respondeu que a escola favorece mais o interesse pela escola. Já no Julio de Castilhos 66,7% deu essa resposta, representando uma diferença de 13,6% entre as escolas. Quanto ao papel da família, 46,9% dos adolescentes alunos do Cristóvão Colombo acreditam que a família desenvolve mais o papel de favorecer o interesse por política. Dos estudantes do Julio de Castilhos, 31,5% responderam da mesma forma.

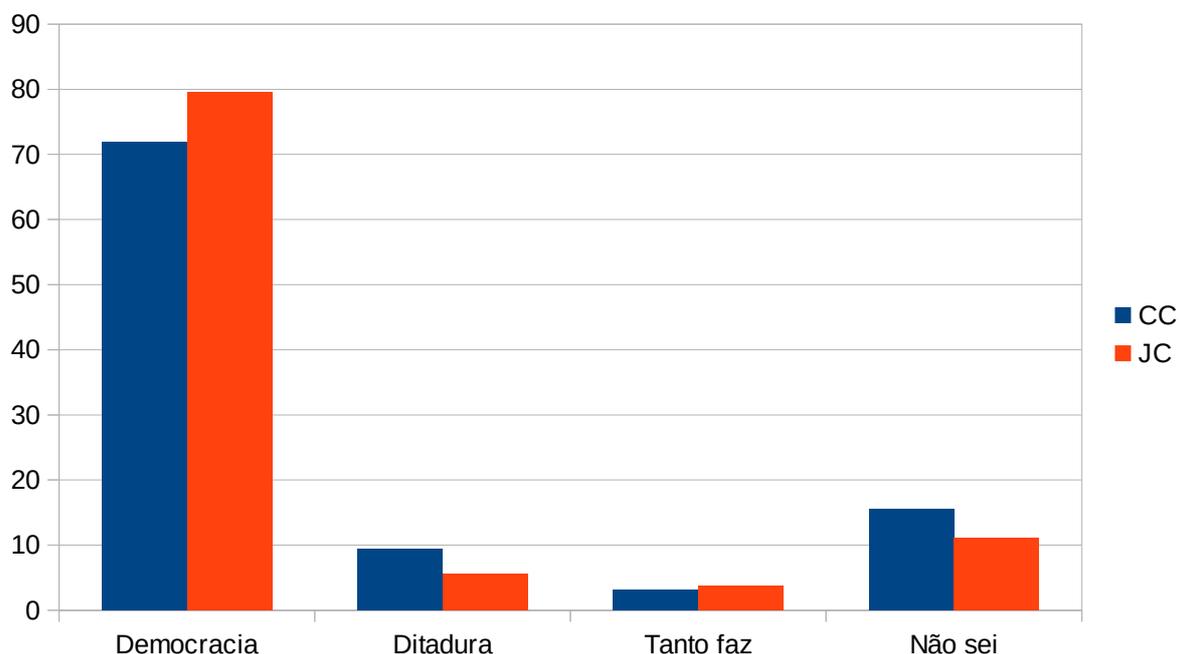
Outra questão utilizada para tentar observar o papel da escola na percepção política envolve a opinião a respeito da discussão sobre política em sala de aula. No gráfico a seguir podemos observar a opinião dos alunos sobre isso.

FIGURA 10: Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?



Em ambas as escolas a maioria dos alunos concorda que se discuta política em sala de aula pois o assunto faz parte da formação dos alunos. O índice de alunos que respondeu que concorda é levemente superior no Cristóvão Colombo ao passo que o índice de alunos que não concorda é levemente superior no Julio de Castilhos.

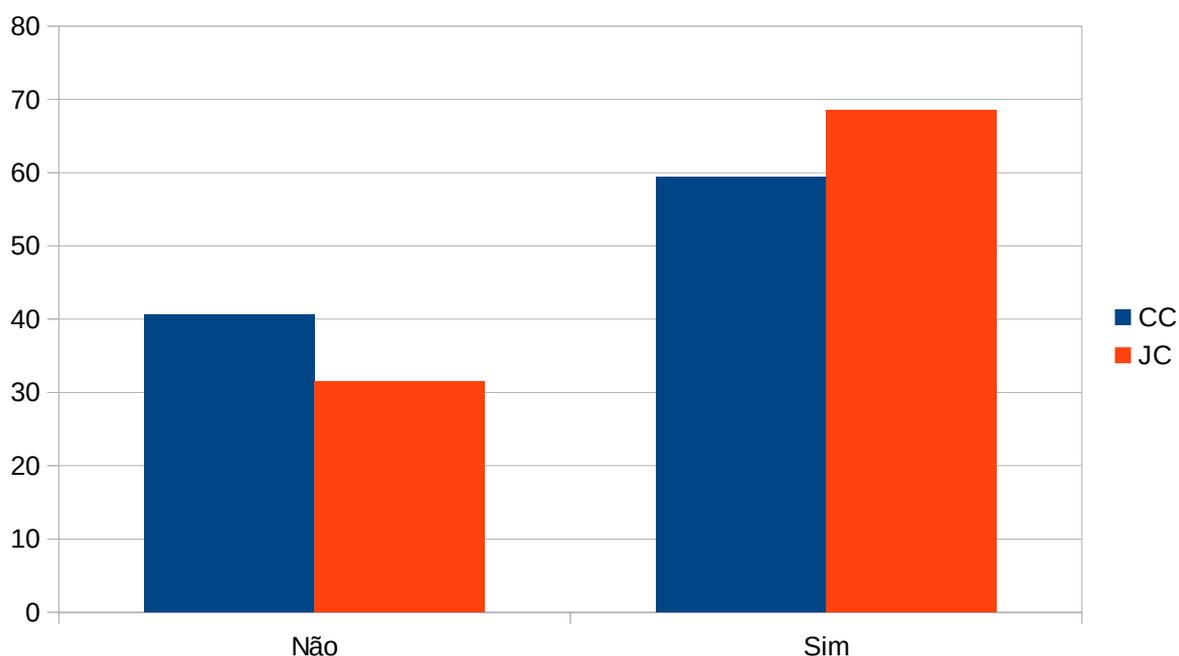
FIGURA 11: No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (%)



No que se refere à melhor forma de governo, a maioria dos alunos em ambas as escolas se posicionou a favor da democracia e não se observou diferença de opinião entre os alunos das duas escolas. O índice de alunos favoráveis à democracia é levemente superior no Julio de Castilhos e o número de alunos favoráveis à ditadura em alguns casos é maior no Cristóvão Colombo. O baixíssimo índice de alunos do Julio de Castilhos que se mostrou favorável à instalação de um regime ditatorial em certos casos pode ser compreendida ao lembrar o histórico de engajamento dos alunos contra a ditadura militar.

Ainda que a grande maioria dos alunos seja favorável à democracia e não compartilhe da opinião de que a ditadura é aceitável em casos específicos, 9,4% alunos do Cristóvão Colombo e 5,6% dos alunos do Julio de Castilhos demonstrou aceitar a instalação de uma ditadura.

FIGURA 12: Na sua opinião, há democracia hoje no Brasil? (%)



Não foi observada diferença de opinião entre os alunos entrevistados nas duas escolas, contudo o índice dentre os alunos que responderam ao questionário que acredita que não vivemos em uma democracia é considerável, 40,6% no Cristóvão Colombo e 31,5% no Julio de Castilhos. Essa questão foi seguida por um espaço onde os alunos poderiam justificar sua resposta. Nem todos o fizeram mas as respostas dadas, em sua maioria, afirmavam que não podemos considerar o Brasil como uma democracia porque os cidadãos são obrigados a votar. Esses alunos compartilham da opinião que o voto deveria ser facultativo, que o cidadão deveria votar apenas se tiver vontade ou sentir-se motivado para isso.

Meios de obtenção de informações sobre política.

O questionário incluiu uma questão para verificar os meios utilizados pelos adolescentes para obter informações sobre política: “Você costuma se informar sobre política pelos meios de comunicação? Indique como”. Foram listados oito meios de comunicação e quatro opções de resposta. As respostas dos alunos foram organizadas na Tabela 5.

Os meios mais acessados pelos alunos entrevistados para obter informações sobre política foram as redes sociais, seguidas de páginas na Internet, noticiários na televisão e jornais. O meio menos acessado pelos alunos das duas escolas foi a propaganda eleitoral no rádio, as revistas e os noticiários sobre política no rádio.

TABELA 5: Meios de comunicação utilizados pelos adolescentes entrevistados para obtenção de informações sobre política.

	Jornais (%)		Revistas (%)		Noticiário TV (%)		Noticiário Rádio (%)		Propaganda eleitoral TV (%)		Propaganda eleitoral Rádio (%)		Internet (%)		Redes Sociais (%)	
	CC	JC	CC	JC	CC	JC	CC	JC	CC	JC	CC	JC	CC	JC	CC	JC
Frequente mente	31,3	33,3	3,1	0	31,3	42,6	3,1	13	18,8	25,9	0	5,6	31,3	33,3	40,6	37
As vezes	18,8	27,8	12,5	20,4	46,9	40,7	18,8	31,5	37,5	29,6	3,1	13	18,8	27,8	25	25,9
Raramente	25	14,8	37,5	22,2	12,5	7,4	37,5	18,5	18,8	27,8	31,3	20,4	25	14,8	21,9	18,5
Nunca	25	24,1	46,9	57,4	9,4	9,3	40,6	37	25	16,7	62,5	61,1	25	24,1	12,5	18,5

n=32 (CC) n=54 (JC)

No que se refere ao interesse por política, não foi observada diferença entre os alunos das duas escolas pois nos dois locais a maioria dos alunos responderam que tem um interesse médio. Existe uma diferença de opinião sobre como os alunos consideram a si próprios em termos de política. A maioria dos estudantes da Escola Cristóvão Colombo se considera desiludida enquanto que os estudantes do Colégio Júlio de Castilhos se consideram indiferentes.

Os jovens entrevistados nas duas escolas não apresentam diferenças na comunicação sobre política. Nas duas escolas a maioria respondeu que às vezes falam sobre política. As respostas sobre comunicação sobre política em família também são semelhantes pois a maioria respondeu que costuma conversar sobre política com a mãe, seguido de outros (avós, tios, primos, companheiro(a)), ninguém, pai e irmãos.

Tanto no Cristóvão Colombo quanto no Julio de Castilhos a maior parte dos jovens não se caracteriza pela passividade diante da influência materna e paterna. A busca por se diferenciar da opinião materna e paterna representa a opinião da maioria dos estudantes entrevistados nas duas escolas, seguido da indiferença com relação à opinião política dos pais. A maioria também tenta influenciar o voto dos pais, para que estes votem nos candidatos que os adolescentes preferem.

Outra semelhança observada é que os jovens das duas escolas responderam que acreditam que tem condições de entender o que acontece em política. Contudo, quando perguntados se acreditam poder influir na política, houve uma diferença entre os estudantes do Cristóvão Colombo e do Julio de Castilhos – apesar da maioria dos jovens nas duas escolas acreditar que podem influir na política, o número de jovens na primeira escola que não tem essa mesma opinião e que não acredita que pode influir (40,6%) é muito maior do que na segunda escola (27,8%).

Nas duas instituições de ensino, a maioria dos estudantes respondeu que é a escola que

favorece mais o interesse pela política e concorda que assuntos relacionados ao tema sejam discutidos em sala de aula.

As respostas relacionadas com o sentimento dos alunos das duas escolas em relação à democracia são semelhantes. Nas duas instituições de ensino, a maioria dos jovens estudantes acredita que a democracia é a melhor forma de governo. Porém, a maioria dos estudantes das duas escolas também tem a opinião de que não vivemos em uma democracia e como justificativa apresentaram críticas sobre a obrigatoriedade do voto.

Em geral, os alunos das duas escolas apresentaram respostas mais semelhantes do que diferentes, revelando comportamento com relação à política semelhante. Até mesmo as fontes utilizadas para obtenção de informações sobre política são praticamente as mesmas. Os meios mais acessados pelos alunos entrevistados para obter informações sobre política foram as redes sociais, seguidas de páginas na Internet, noticiários na televisão e jornais. O meio menos acessado pelos alunos das duas escolas foi a propaganda eleitoral no rádio, as revistas e os noticiários sobre política no rádio.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho não tem a pretensão de responder a todas as questões levantadas pois para isso é necessário mais tempo para levantamento de dados e reflexões acerca das respostas. Contudo, diante das respostas apresentadas pelos estudantes entrevistados nas quatro turmas do turno da manhã da Escola Cristóvão Colombo e do Colégio Julio de Castilhos, algumas considerações podem ser realizadas.

Estudantes que se declararam muito interessados por política foram a minoria. Durante minha prática docente como estagiária na disciplina de Sociologia, pude perceber nas aulas sobre política que vários alunos não acreditam que possam ter algum papel na mudança daquilo que consideram errado. Os alunos também reproduzem ideias do senso comum mas quando são questionados sobre essas ideias, não conseguem construir explicações convincentes. A mídia, junto a família e a escola, são as principais agências de socialização política dos jovens (ARAUJO, 2009). Não é inesperado que muitas opiniões vistas na televisão, redes sociais e Internet sejam reproduzidas pelos alunos. Na escola poderia ocorrer momentos em que o movimento de distanciamento do olhar sobre nossa realidade e a aproximação de outras realidades fosse promovido, de modo a desenvolver um outro nível de compreensão e crítica (SARANDY, 2001). Com isso, poderíamos pensar em adolescentes que construíssem suas próprias ideias e críticas, não se limitando a mera reprodução. No que se refere às tecnologias mais recentes, por exemplo a Internet e as redes sociais, ambas se constituem como em um espaço de busca de informação, mas o que é acessado deverá ser examinado cuidadosamente, pois é necessário avaliar qual a qualidade da informação que o jovem acessa (ROBALLO E MACHADO, 2009).

O ambiente escolar também exerce um papel fundamental, mas ele pode promover uma socialização sadia, como também estabelecer formatos que estão na contramão da democracia (SCHMIDT, 2001). A maioria dos alunos entrevistados nas duas escolas respondeu que a escola favorece mais o seu interesse pela política e que concorda com a discussão de assuntos relacionados à política em sala de aula. A escola é uma agência de socialização secundária (BERGER E LUCKMANN, 1985), podendo consistir em um espaço para troca de ideias, debates e discussão de conteúdos relacionados à política. Na escola também pode começar o engajamento político dos jovens, como é o caso dos estudantes que se organizam para participar de manifestações, por exemplo. As aulas de Sociologia são um espaço bastante propício para incutir nos jovens um interesse pela política, a partir das discussões em aula. Para verificar a percepção da política na escola, foram feitas perguntas que ajudassem a perceber quem fomenta mais o interesse dos estudantes por política e qual a opinião dos alunos a respeito de discussões sobre política nas aulas.

A socialização primária consiste naquela que ocorre na infância e na qual há uma grande

influência da família (BERGER E LUCKMANN, 1985). Segundo Silveira & Amorim (2005), a família, desempenha importante papel na socialização política, contribuindo na formação de opinião e atitudes em relação ao poder e à autoridade em vários âmbitos. As configurações de famílias também diversas. Alguns jovens vivem apenas com um dos genitores, que podem ter outros relacionamentos com pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo. Existem ainda os jovens que vivem com outros familiares (avós, tios, tias, irmãos, irmãs, etc), com amigos, sozinhos ou com companheiros (em casamento ou união estável). Ainda assim, a família continua sendo considerada como a instituição mais confiável e os pais continuam sendo referências para a vida dos jovens (ARAÚJO, 2009). Apesar de se declararem indiferentes diante das posições políticas dos pais ou buscar se diferenciar das mesmas, os jovens das escolas estudadas tentam influenciar o voto de seus pais. Foram observados vários arranjos familiares, os jovens entrevistados moram, em sua maioria com o pai e a mãe, mas a figura materna é a principal interlocutora no que se refere às conversas sobre política.

Atitudes favoráveis a democracia são um componente da estabilidade política em qualquer meio social. O papel do cidadão na política é considerado um complemento da estabilidade do regime democrático (BAQUERO, 1998). Segundo Moisés (2010), recentes estudos apontam que o fenômeno geral da adesão à democracia está associado aos indicadores de cultura política e com o desempenho das instituições democráticas.

Nesse sentido, se buscou observar o que os jovens pensam a respeito da democracia. Os gráficos seguintes ilustram a opinião dos alunos entrevistados.

Em conversas informais com alunos dessas escolas durante o período de aula percebeu-se que o conhecimento que eles têm sobre o período de ditadura militar no Brasil é incipiente. Vários alunos declararam não ter conhecimento sobre os episódios de tortura que marcaram o período. Em um ano onde tanto se falou sobre o golpe militar e a ditadura por causa da passagem do seu cinquentenário, alunos que desconhecem a história do seu país e as repercussões sociológicas e políticas demonstram que os professores, sobretudo os de Sociologia, tem falhado na sua missão de ensinar e inculcar o pensamento crítico e a construção de cidadãos que refletem a história e a realidade de seu país.

Quanto à noção de democracia, nas duas escolas percebe-se que o assunto ainda precisa ser mais discutido porque além de imperar entre os alunos ideias de senso comum, percebe-se que eles não compreendem plenamente o que constitui e caracteriza um regime democrático, conforme podemos observar nas respostas dadas à pergunta “Na sua opinião, Há democracia hoje no Brasil?”.

Em geral, não se observou diferenças muito marcantes entre os alunos entrevistados nas duas escolas. Possivelmente o fato de todas as turmas pertencerem ao turno da manhã tenha deixado

o perfil dos alunos em geral mais homogêneo. Ampliar uma pesquisa semelhante para mais escolas e entrevistar alunos dos três turnos pode repercutir em respostas diferentes. O que se observou neste estudo é que pelo menos no turno da manhã, os alunos do Colégio Julio de Castilhos não tem um nível de socialização política superior ao dos estudantes da Escola Cristóvão Colombo e que a escola ter um histórico de participação política ativa não necessariamente repercute em alunos mais politizados e participantes. A escola pode ser considerada fundamental no processo de socialização política dos jovens estudantes e nesse sentido, as aulas de Sociologia podem ser um espaço propício para reflexões sobre o papel dos alunos na sociedade. No entanto, é necessário cada vez mais se pensar na construção de aulas que não sejam meramente informativas mas que atraiam a atenção dos estudantes para os assuntos tratados. O docente de Sociologia precisa ter em mente a importância de sua prática docente para que os estudantes entendam melhor o que é uma democracia, qual o seu papel na sociedade, qual o valor da sua participação, de modo que eles sintam-se engajados na construção de sua cidadania e de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. *Cultura Cívica Revisitada*. Newbury Park : Sage, 1989.
- ARAÚJO, A.L. A importância dos agentes de socialização na participação política dos jovens. I Seminário de Sociologia e Política UFPR 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica>> Acesso em 14 de nov de 2014.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes. 2000.
- BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAQUERO, C.M. J. *O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- BAQUERO, C.M. J. A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. De; GONZÁLEZ, Rodrigo S. (Orgs.). *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 13 – 29.
- BAQUERO, C.M.J. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.4, p. 98-104, 2001
- BERGER, P.; LUCKMANN, T.. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia - uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- CASTELO BRANCO, M.T. *Jovens sem terra; identidade em movimento*. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.
- DUBET, F. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista com François Dubet. São Paulo, Revista Brasileira de Educação, nº5, mai/ago. 1997, p.222 – 231.
- EASTON, D.;DENNIS, J. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.
- FEDOZZI, L. J. . *O eu e os outros. Participação e transformação da consciência moral e cidadania*. Porto Alegre: Tomo Editorial e Observatório das Metrôpoles, 2008. 208p .c
- GAETA, R.; GENTILE, N.; LUCERO, S. *Aspectos Críticos das Ciências Sociais*, Editora Unisinos, 2007.
- GOODE, W. J. & HATT, P. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

GONZÁLEZ, R. S. . Novas formas institucionais de participação na democracia brasileira perspectivas e limites. Revista Debates (UFRGS), v. 6, p. 107-122, 2012.

GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

HYMAN, H. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press, 1959.

JENNINGS, M. Kent e NIEMI, Richard G. *The political character of adolescence: the influence of families and schools*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

MACHADO, I.J.R.; AMORIM, H.; BARROS, G.R. *Sociologia Hoje*. Editora Ática, 2013.

MARÇAL, C.R.M. *Um Estudo de Socialização Política: Jovens e Suas Noções de Democracia e Cidadania*. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal de São Carlos. 2004.

MOISÈS, J.A. *Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.23 no.66 São Paulo Feb. 2008

MOISÈS, J.A. *Democracia e Confiança – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 304p.

MORGADO, A.M; VALE DIAS, M.L.; PAIXÃO, M.P. *O desenvolvimento da socialização e o papel da família* *Análise Psicológica* (2013), 2 (XXXI): 129-144.

NAZZARI, R.K. *Capital Social e Socialização Política dos Jovens no Brasil*. Revista Educação Unisinos, v. 09, nº2, maio/ago, 2005, p.145-154.

ROBALLO, J.H.M.; MACHADO, A.S. *Internet: Espaço de Socialização e Cultura Política*. I Seminário de Sociologia e Política UFPR 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica>.

RIBEIRO, E.A.; FARINA, M.B. *Cultura Política e Agentes de Socialização*. Mediações. Revista de Ciências Sociais. Volume 9, número 2, p.177 – 198. 2004.

SARANDY, F.M.S.. *Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio*. Desenvolver a perspectiva sociológica: objetivo fundamental da disciplina no Ensino Médio. Revista Espaço Acadêmico. Ano I, nº5. Out. 2001

SARANDY, F.M.S. *Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio*. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso. *Sociologia e Ensino em Debate - Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: UNIJUÍ. 2005.

SCHMIDT, J.P. 2000. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 356 p.

SEMICHECHE, A.; HIGA, K. M.; CABREIRA, L. Protagonismo juvenil: a participação dos jovens para a transformação social. *Akrópolis Umuarama*, v. 20, n. 1, p. 21-38, jan./mar. 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura, *Democracia y participación*. El viejo topo, Barcelona, 2003.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

SOUZA, A.C.1986. Socialização Política na Escola: a Escola Socializa Para a Participação? *Revista de Ciências Sociais* 1(1):73-86.

Silveira A. F. 2005. *Capital Social e educação: perspectivas sobre empoderamento da juventude em Porto Alegre, RS*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 111p.

SILVEIRA, A.F.; AMORIN, M.S.S.. Socialização Política e Capital Social: Uma análise da Participação da Juventude no Contexto Escolar e Político. *Revista Educação Unisinos*, v. 09, nº2, maio/ago, 2005, p.155-163.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. Editora Saraiva, 2010.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

Anexo 1

1. **Sexo:** 1 [] Feminino 2 [] Masculino
 2. **Sua idade:** anos
 3. **Seu estado civil:** 1 [] solteiro 2 [] casado 3 [] separado 4 [] outro:

4. Qual é a sua situação familiar?

- 1 [] Moro com pai e mãe 2 [] Moro com parentes ou amigos
 3 [] Moro com a mãe 4 [] Moro sozinho
 5 [] Moro com o pai 6 [] Moro com esposo(a) ou companheiro(a)
 7 [] Outra:

5. Qual a sua religião?

- 1 [] Católica
 2 [] Espírita
 3 [] Religião afro-brasileira (candomblé, umbanda)
 4 [] Nenhuma
 5 [] Evangélica (Denominação: _____)
 6 [] Outra:

6. Qual é a sua situação profissional?

- 1 [] Estou empregado(a) 2 [] Já fui empregado, mas agora estou desempregado
 3 [] Nunca estive empregado(a) 4 [] Outra situação:

7. De modo geral, você se interessa por política?

- 1 [] Me interessa muito 2 [] Tenho um interesse médio
 3 [] Me interessa pouco 4 [] Não me interessa

8. Como você define a si próprio em termos de política (múltipla escolha)

- 1 [] Alienado 2 [] Indiferente 3 [] Desiludido
 4 [] Interessado 5 [] Participativo 6 [] Outro:

9. Você costuma falar de política, por exemplo sobre eleições, o governo ou a situação do país?

- 1 [] Frequentemente 2 [] Às vezes
 3 [] Raramente 4 [] Nunca

10. Você se considera em condições de entender o que acontece na política?

1 [] Não. Em geral, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que está acontecendo

2 [] Sim. Quem se interessa pela política consegue entender o que está acontecendo

11. Você acredita que pode influir na política e no governo?

1 [] Não. O governo não costuma prestar atenção às opiniões de pessoas como eu

2 [] Sim. Existem muitas maneiras de influir na política, mas é necessário que as pessoas se interessem e queiram influir

12. Quando você ouve opiniões diferentes sobre um mesmo assunto político, costuma confiar mais na opinião de quem?

1 [] Dos pais

2 [] Dos colegas e amigos

3 [] Dos professores

4 [] Dos meios de comunicação

5 [] Outro:

99 [] Não sei

13. Em relação às notícias sobre política nos meios de comunicação, você acredita que

1 [] Na sua maioria são verdadeiras

2 [] Algumas são verdadeiras, outras são falsas

3 [] Na sua maioria são falsas

99 [] Não sei

14. Você costuma se informar sobre política pelos meios de comunicação? Indique como.

	Freqüentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1 Artigos sobre política em jornal	a []	b []	c []	d []
2 Artigos sobre política em revistas	a []	b []	c []	d []
3 Noticiário político no rádio	a []	b []	c []	d []
4 Noticiário político na televisão	a []	b []	c []	d []
5 Horário eleitoral na TV	a []	b []	c []	d []
6 Horário eleitoral no rádio	a []	b []	c []	d []
7 Páginas na Internet	a []	b []	c []	d []
8 Redes Sociais	a []	b []	c []	d []

15. Você considera que os seus pais se interessam por política?

1 [] Muito

2 [] Razoavelmente

3 [] Pouco

4 [] Nada

99 [] Não sei

16. Em família, com quem você mais conversa assuntos relacionados à política?

1 [] Ninguém

2 [] Mãe

3 [] Pai

4 [] Irmãos

5 [] Outro:

17. Como você se posiciona em relação às idéias políticas de seus pais?

- 1 [] Procuo imitá-las 2 [] Procuo me diferenciar
 3 [] Fico indiferente 4 [] Não as conheço
 99 [] Não sei

18. Quando há eleições, você procura influenciar o voto dos seus pais, para que eles votem nos candidatos que você escolheu?

- 1 [] Não 2 [] Sim

19. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?

- 1 [] Concordo: política faz parte da formação do estudante
 2 [] Não concordo: lugar de política não é na aula

20. Quem favorece mais o interesse pela política – a sua escola ou a sua família?

- 1 [] A escola, mais que a minha família, favorece o interesse pela política
 2 [] A minha família, mais que a escola, favorece o interesse pela política

21. Você participa do grêmio estudantil de sua escola?

- 1 [] Não 2 [] Sim 3 [] Não tem grêmio estudantil na minha escola

22. Ao definir seu voto o que você leva mais em conta?

- 1 [] A pessoa do candidato 2 [] O partido a que pertence o candidato
 3 [] O candidato e o seu partido 4 [] Outro:

23. Há três Poderes constitucionais no país: Executivo, Legislativo e Judiciário. No caso do Executivo, quem o exerce é o Presidente da República (federal), Governador (estadual) e Prefeito (municipal). Você se lembra quem exerce o Poder Legislativo? Se sim, escreva no espaço abaixo.

Poder Legislativo Federal:

Poder Legislativo Estadual:

Poder Legislativo Municipal:

99 [] Não lembro

24. Você se lembra quais são os partidos a que pertencem o presidente da República, o governador do estado e o prefeito de sua cidade? Se sim, escreva abaixo.

Prefeito:

Governador:

Presidente da República:

99 [] Não lembro

25. Qual é, no seu entender, a melhor forma de governo?

1 [] A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo

2 [] Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que a democracia

3 [] Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura

99 [] Não sei

26. Na sua opinião, há democracia hoje no Brasil?

1 [] Não 2 [] Sim

27. Por que?

.....

.....

.....

28. Qual é a escolaridade da sua mãe e do seu pai?

1) Sem instrução ou Primário incompleto

Mãe
a []

Pai
b []

2) Primário completo

a []

b []

3) 1º Grau completo

a []

b []

4) 2º Grau completo

a []

b []

5) Superior completo

a []

b []